



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

**De Estocolmo a Copenhague**  
**Mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

Mariana Hoepfner Borgerth

Rio de Janeiro  
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

## **De Estocolmo a Copenhague** **Mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

Mariana Hoepfner Borgerth

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga, Doutor em Comunicação, Professor-Adjunto, ECO-UFRJ.

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2009

**De Estocolmo a Copenhague**  
**Mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

Mariana Hoeppepner Borgerth  
Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga - UFRJ

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2009

Monografia submetida à banca de Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. William Dias Braga – UFRJ

---

Prof. Augusto Gazir – UFRJ

---

Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz – UFRJ

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2009

Borgerth, Mariana Hoepner

De Estocolmo a Copenhague: Mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Mariana Hoepner Borgerth - Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO, 2002. pg.: 58.

Orientador: William Dias Braga

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de

Comunicação – ECO

Referências Bibliográficas: f..56

1. Jornalismo ambiental. 2. Política internacional brasileira. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. 5. Imprensa Internacional. I. De Estocolmo a Copenhague: mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. II. Monografia (Graduação, UFRJ/ECO)

O pessimismo da inteligência não deveria abalar o otimismo da vontade

Observação de Romain Rolland sobre o livro “O Futuro de uma Ilusão”, de Sigmund Freud, que a utilizou como premissa para escrever a obra seguinte “O Mal-Estar na Civilização”.

## **Agradecimentos**

Agradeço a José Armando Cintra Borgerth, meu pai, de quem sempre vou lembrar com carinho e admiração por ter me mostrado a importância de aprender constantemente. Pela inspiração, tantas foram as vezes em que só depois de ouvir um pouco de música clássica foi possível ter a concentração necessária para produzir.

A toda minha família, em especial a minha mãe Solange, e aos meus avós João e Odete por todo o carinho, incentivo, paciência e apoio. A minha irmã Elisa, pela profunda amizade, que possibilitou mesmo na distância, perceber o seu incentivo, apoio e a sua torcida. Vocês são simplesmente fundamentais na minha vida!

Ao professor William Dias Braga, que fez despertar o meu interesse pelo jornalismo ambiental, pelo excelente orientador que foi e pelas palavras de incentivo. Sem ele não teria conseguido concluir esse projeto.

A Paulo Sergio Freitas, pela inspiração inicial e por sempre ter acreditado em mim.

Aos amigos Clarissa Torres Lobo, Juliana Lisboa, Juliana Denecke, Marcelo Coimbra, Nathália Lage, Nathalia Ramoa, Fabíola Ortiz entre tantos outros, que me deram todo apoio e carinho. Sem eles a vida seria menos divertida.

A Marcelo Raphael Bichara, por ter compartilhado e ajudado de forma decisiva. Pelas conversas de hoje e sempre, pelas críticas, sugestões, questionamentos e por todo o incentivo.

E a todos aqueles que de alguma forma estiveram envolvidos com a concepção da idéia ou com o desenvolvimento do projeto, que apesar de não estarem explicitamente citados, possuem meu mais profundo carinho e gratidão.

BORGERTH, Mariana Hoepfner. De Estocolmo a Copenhague: Mídia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga. Rio de Janeiro, 2009. 58 p. Monografia (Graduação Comunicação – Habilitação Jornalismo). Escola de Comunicação – UFRJ.

## **Resumo**

O trabalho analisa a evolução da cobertura ambiental desde o princípio da discussão sobre a crise climática, na década de 1970, até a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que se realiza em dezembro de 2009, na cidade de Copenhague (Dinamarca). O objetivo central é refletir sobre a imagem construída e veiculada pela mídia internacional acerca da situação no Brasil e das políticas que vêm sendo adotadas pelo país diante da iminente necessidade de definir estratégias capazes de minimizar os efeitos da crise ambiental e garantir alternativas para um desenvolvimento sustentável e socialmente responsável. Para a realização de pesquisa empírica, foi feito o acompanhamento, seleção e análise de matérias publicadas ao longo do ano de 2009 pelos jornais *The New York Times* e *El País*.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CRISE AMBIENTAL .....</b>	<b>14</b>
2.1 Reflexo de uma crise maior .....	14
2.2 Uma perspectiva histórica .....	16
2.3 O ano de 2009 .....	22
<b>3 PENSANDO O JORNALISMO AMBIENTAL .....</b>	<b>28</b>
3.1 Primeiros passos .....	28
3.2 O “boom” da mídia ambiental .....	30
3.3 Desafios do jornalismo ambiental .....	31
3.4 Crítica ao conceito de imparcialidade e à manutenção do estereótipo .....	34
<b>4 MEIO AMBIENTE, POLÍTICA E JORNALISMO INTERNACIONAL .....</b>	<b>39</b>
4.1 Politização do movimento ecológico .....	39
4.2 A política na imprensa internacional .....	41
4.3 A produção de notícias segundo a óptica da mídia estrangeira .....	43
<b>5 BRASIL E A QUESTÃO AMBIENTAL NA MÍDIA INTERNACIONAL .....</b>	<b>46</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>



# 1 Introdução

Esse estudo surge a partir da necessidade de entender e debater os caminhos que vêm sendo traçados pelo jornalismo ambiental, em um momento em que a divulgação e a reprodução de informações em nome da preservação ambiental e do combate às mudanças climáticas são crescentes, mas poucas são as vezes em que se propõe uma discussão real e mais concreta sobre como isso vem interferindo nas decisões e no jogo político entre as nações e, conseqüentemente, nas medidas que vêm sendo tomadas em nome do desenvolvimento sustentado da sociedade.

A impressão inicial é que ainda se vive um momento em que o envolvimento dos países para estabelecer um compromisso e metas de redução de gases de efeito estufa está muito mais ligado à necessidade do politicamente correto e da garantia da simpatia da opinião pública, do que na discussão sobre uma mudança de paradigma sobre a gestão dos recursos naturais e sobre a necessidade de repensar valores e conceitos contemporâneos contraditórios e pouco coerentes, que se desdobram e condicionam questões determinantes do dia-a-dia, como por exemplo, a concentração de renda, a pobreza extrema e a escassez de recursos.

Isso tudo nasce, mais precisamente, a partir das observações das atividades e da produção mediática que cobriu o Fórum Social Mundial, que chegou a reunir mais de quatro mil repórteres na cidade de Belém (PA), em janeiro de 2009.

O ano havia apenas começado, mas já era possível perceber que novos questionamentos estavam surgindo e ganhando credibilidade. Desde o princípio estava claro que a escolha da maior cidade da região amazônica para sediar o Fórum se justificava pela necessidade de chamar a atenção e ampliar o debate sobre a crise ambiental – neste caso com grande destaque para a questão dos indígenas latino-americanos e dos conflitos de terra.

Isso acontecia justamente no momento em que as economias mais fortes do mundo tentavam sair de uma profunda crise econômica e financeira mundial, que chegou a ser considerada a maior desde 1929. Essa situação levou a formulação de infinitos questionamentos acerca do uso do dinheiro dos estados. A opinião pública, em geral, criticava e perguntava sobre a origem da imensa quantia que estava sendo investida para salvar bancos e empresas privadas, enquanto continua havendo falta de investimento para os serviços básicos relativos à qualidade de vida do cidadão, como alimentação, água, saúde, educação e moradia.

Isso sem contar que tudo era alimentado pela expectativa mundial nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, que aconteceriam no segundo bimestre. A oposição entre conservadores e progressistas estava claramente colocada e a vitória de Barack Obama foi recebida como um sinal positivo e de esperança pela opinião pública mundial, que passou a acreditar em profundas mudanças na evolução do processo político do país, tanto internamente como nas relações exteriores.

Finalmente, em dezembro desse mesmo ano estava prevista a 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, na cidade de Copenhague (Dinamarca). A reunião era considerada crucial, já que o objetivo do encontro era que os países-membros da ONU fizessem um acordo se comprometendo com novas metas e estabelecendo a criação de um novo protocolo para substituir Kyoto, que termina em 2012.

Nesse contexto, a discussão sobre meio ambiente sempre se manteve presente na mídia ao longo do ano, com mais ou menos espaço, dependendo do veículo e do contexto político internacional. No final do ano, com a aproximação da Conferência, o assunto ganha ênfase e passa a ocupar um espaço editorial mais significativo tanto nos veículos de comunicação estrangeiros como nos nacionais.<sup>1</sup>

Neste sentido, a preocupação que move este trabalho é analisar como vêm sendo produzidas essas reportagens. O aumento no número de matérias sem dúvida é um fator positivo, mas ao mesmo tempo já esperado diante da aproximação do evento. Esse reconhecimento dos fatos como notícias e conseqüentemente o aumento no número de matérias no momento em que se aproxima o encontro está de acordo com a lógica atual de produção de notícia.

Mas esse aumento não significa uma mudança de paradigma, pois não representa uma alteração na percepção da imprensa em relação a questão ambiental de forma mais aprofundada. Já é de se esperar que após algum tempo de Copenhague a mídia procure enfatizar outros temas em conseqüência de uma falsa sensação de esgotamento da questão ambiental. A não ser que aqueles que exercem função de *gatekeepers* – aquele que seleciona quais fatos se tornarão notícias – percebam outros fatores, que também sejam considerados significativos para manter a produção de notícias sobre o tema. Mas o que vem sendo produzido sobre meio ambiente? E mais: como essa discussão poderia influenciar e ser influenciada pelas discussões políticas internacionais?

---

<sup>1</sup> Apesar dos veículos nacionais não serem o foco deste estudo, merecem ser mencionados, por também refletirem essa mudança.

É isso que este estudo se propõe a pensar. Mas antes de entrar no assunto propriamente dito, pareceu necessário fazer uma reflexão acerca dos elementos que envolvem essa discussão: quais os possíveis fatores que levaram ao desenvolvimento e ao amadurecimento do pensamento de responsabilidade social. Entende-se que a discussão sobre crise ambiental se deu principalmente como reflexo de uma insatisfação política e social e a partir da sensação de saturação do paradigma atual. E isso acaba alimentando e sendo alimentado pelo desenvolvimento de um contexto político favorável a uma discussão global sobre o assunto.

Busca-se, então, contextualizar a discussão desde o primeiro encontro mundial organizado com o propósito de debater a crise ambiental, que aconteceu em 1972, em Estocolmo, até chegar ao ano de 2009 e ao encontro em Copenhague, passando pela conferência do Rio de Janeiro em 1992 e a de Johannesburg em 2002. Trata-se de pensar como a perspectiva sobre o assunto e a sensibilidade dos governos para discutir o tema vêm mudando ao longo dos últimos anos.

A partir disso, traz-se à luz o debate sobre o jornalismo e a divulgação ambiental. Diante desse cenário de mudanças, a necessidade de se entender como aconteceu a evolução da cobertura sobre meio ambiente.

É a isso que se tenta responder, ao tempo em que vão sendo inseridas reflexões acerca da questão ambiental. Isso porque em seguida, chega-se ao ponto central do trabalho: propor um questionamento sobre como essa discussão passa a ganhar espaço não somente nos jornais e na mídia de uma forma geral, mas também dentro do âmbito político. O meio ambiente passa a ser um assunto debatido como política de governo.

E qual o papel da mídia na relação entre governo e opinião pública? A mídia faz essa ponte e se coloca como forma de representante da pressão social sobre as decisões que possam vir a ser tomadas, ao mesmo tempo em que serve como um reflexo para políticos sobre a satisfação popular diante das medidas que vêm sendo adotadas.

Com base nisso, procura-se analisar como Brasil vem construindo a sua imagem internacionalmente, através da mídia. Para isso foi preciso pensar nas características básicas do jornalismo internacional e fazer um acompanhamento sobre o que vinha sendo produzido relacionado com a crise ambiental e o Brasil em jornais como o norte americano *New York Times* e o espanhol *El País*. Cuida-se, aqui, não de um trabalho para comparar as duas produções, mas sim de estabelecer um parâmetro, através de duas empresas de comunicação diferentes, sobre a imagem que vem sendo construída sobre o Brasil e a política ambiental do país no exterior.

A escolha dos jornais se deu em primeiro lugar pela habilidade em trabalhar com os idiomas, o que torna possível acompanhar a discussão sem ter que recorrer a matérias traduzidas previamente, como acontece em alguns sítios de empresas de comunicação estrangeira. Além disso, uma segunda razão foi a necessidade de pensar sobre o assunto a partir de dois pontos de vista distintos. A produção européia se diferencia profundamente da norte-americana e inclusive é conhecida por uma maior abertura ao debate sobre meio ambiente e uma maior conscientização sobre a necessidade de mudanças.

Quanto a mídia norte-americana foi possível perceber ao longo do estudo que é extremamente popularizada e isso se reflete na discussão sobre meio ambiente. Ainda hoje diversos canais seguem afirmando e reafirmando os valores de consumo e as perspectivas conservadoras. A escolha do *New York Times* aconteceu justamente porque o jornal parece fugir a essa regra da mídia norte-americana e apresenta um trabalho bastante sério e discussões mais aprofundadas. Sem contar que o jornal parece possuir um grande interesse na cobertura de assuntos relacionados com o Brasil.

Apesar do fato de essa curiosidade não ser privilégio do NYT. O Brasil vive uma situação bastante peculiar: ainda é considerado um país em desenvolvimento, apesar do franco crescimento econômico que vem acontecendo – durante a crise econômica financeira mundial o Brasil foi um dos menos afetados e um dos primeiros a conseguir começar a reverter a situação. Isso sem falar sobre a questão cultural, também bastante abordada pela mídia internacional, e a referência do país quando se trata de recursos naturais e vegetação nativa. Ao perceber isso, surge um interesse em pesquisar sobre o assunto, que só fez aumentar no momento em que se percebeu a profunda diferença que existe entre as coberturas feitas pelas mídias nacionais e as estrangeiras, mesmo quando se tratam dos mesmos temas<sup>2</sup>.

Essa motivação foi acrescida pela necessidade de defender que a produção de notícias não se trata apenas de definir culpados e inocentes, bons e maus. Durante o Fórum Social Mundial o comportamento de um repórter inglês foi extremamente incômoda e angustiante: diante do protesto de um grupo de indígenas, que manifestavam a sua insatisfação pela morte de um líder em consequência de malária, o repórter pergunta quem seria o responsável pela morte daquela pessoa. A resposta veio de forma rápida e simples: segundo o indígena, a responsabilidade era do governo. O que mais angustiou na situação

---

<sup>2</sup> A produção de notícias pelos veículos nacionais além de mais pessimistas parecem ter uma percepção extremamente pragmática e quase que partidária. A discussão muitas vezes não se aprofunda porque fica concentrada na reprodução de discussões e diferenças entre líderes políticos, por exemplo.

foi o fato de apesar de que teria sido possível uma discussão mais aprofundada, a escolha foi por uma pergunta simples e tendenciosa, que serviria apenas para reafirmar conceitos e prerrogativas já concebidas.

É preciso estabelecer relações, interrelacionar, promover um debate e construir um caminho de maior participação coletiva nas decisões políticas, principalmente quando se trata do debate sobre meio ambiente. Afinal, como afirma Enrique Leff, “o saber ambiental tem a ver com o dia a dia das pessoas e na verdade só faz sentido quando as inclui no debate, quando possibilita e promove a sua participação no processo de tomada de decisão”.

## **2 Crise Ambiental**

O que se propõe neste momento inicial é uma reflexão sobre a evolução do debate a respeito da crise ambiental. Primeiramente pensando no que vem acontecendo socialmente e historicamente e que vem motivado esse questionamento para em seguida pensar sobre como isso acabou influenciando o desenvolvimento de encontros organizados pelas Nações Unidas, a fim de refletir sobre novas políticas e novos compromissos com o desenvolvimento sustentável e buscando uma forma de crescimento que não continue alimentando e até mesmo acelerando a concentração de renda e que seja capaz de garantir que todos os indivíduos consigam ter acesso a serviços básicos garantidos por direito. Como saúde, alimentação, água e educação.

### **2.1 Reflexo de uma crise maior**

Ao longo da segunda metade do século XX houve um crescente interesse pela questão ambiental. A sociedade passou a se organizar, buscar conhecimento e questionar. Mas é claro que esse processo não é espontâneo. Esse movimento foi facilitado e incentivado por um contexto histórico e por um interesse político da comunidade internacional, que justifica a Conferência de Estocolmo em 1972, se desdobra mais tarde no encontro Rio-92 e neste ano culmina na reunião de Copenhague, que pretende rever e propor um novo pacto ao Protocolo de Kyoto, que caduca em 2012.

Mas a primeira pergunta que surge é justamente como nasce esse interesse? Para Enrique Leff a explicação está no questionamento de paradigmas de um modelo social que se demonstra desgastado de forma generalizada. O modelo econômico liberal se fortaleceu, mas grande parte da população continuou sem ter acesso a esses avanços. Em resumo, a proposta econômica nacional da década de setenta que dizia ser necessário “fazer o bolo crescer para então dividir” não se fez realidade - nem no Brasil, nem fora do país - e esse descrédito do modelo de gestão só se intensificou depois das crises financeiras das décadas de oitenta e noventa.

Nesse sentido, Leff (2004) afirma que no momento em que o modelo e as relações sociais não satisfazem mais “surge uma problemática social”. Esse questionamento acompanha um processo de transformação, que ganha força e acaba por ultrapassar a discussão centralizada nos setores sociais, econômicos ou industriais. O desenvolvimento desses questionamentos passou a influenciar também a pesquisa científica, através de uma relação de retroalimentação. O questionamento social e político viabilizaram novas

pesquisas e os resultados obtidos acabaram por incentivar a manutenção e a ampliação do debate sobre as questões ambientais em todos os possíveis cenários.

Durante a criação das Nações Unidas não se fala sobre meio ambiente pelo simples fato de que essa não era uma questão preocupante na época: a poluição era bastante inferior e conseqüentemente os índices não eram tão alarmantes. Sem contar, que não existiam pesquisas que pudessem apresentar e trazer argumentos como acontece hoje.<sup>3</sup>

Leff lembra que a crise ambiental vai muito além da questão ecológica e traz à tona diversos temas inseridos nas relações sociais relativos à política, economia e ao poder. Surgem, ainda segundo Leff, novas propostas para produção industrial e para o setor jurídico, novas exigências a serem adotadas como políticas de governo e por fim, a necessidade de redefinição de “novos princípios socioeconômicos”.

A crise ambiental não é uma catástrofe ecológica, mas o efeito do pensamento com o qual temos construído e destruído o mundo globalizado e nossos modos de vidas. Essa crise civilizatória se apresenta como um limite no real que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. A crise ambiental é a crise do pensamento ocidental (LEFF, 2004: 288)

Com base no que foi dito, pode-se pensar em um esquema que explique de forma bastante prática o desenvolvimento do que ele chamou de “racionalidade ambiental”: a necessidade de produção de sentido (através da pesquisa científica), associado à mobilização social e à organização política gera um potencial transformador, que ao se articular promove uma nova forma de pensar a gestão ambiental.

O processo de discussão está em andamento, mas tudo é extremamente novo – apesar dos anos que já se vem estudando e discutindo a questão ambiental – e a necessidade de debates sobre esses novos valores pode ser percebida de forma bastante concreta.

É com base nisso, e tendo conhecimento sobre o processo de percepção e de hierarquização de assuntos dentro de um jornal, que se pode pensar sobre a importância de dedicar espaço editorial à questão ambiental. Não necessariamente através de uma editoria especializada, mas sim através de uma nova perspectiva editorial que perceba que todo esse movimento e essa articulação de idéias não é simplesmente uma questão restrita aos

---

<sup>3</sup> Declaração do Diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, Giancarlo Summa, durante abertura do curso “ONU e as questões internacionais contemporâneas”, em julho de 2009, Centro de Informações das Nações Unidas, Rio de Janeiro, RJ.

chamados “eco-chatos”, mas que diz respeito a toda coletividade, que neste momento apenas começando a se dar conta e se apropriando deste conhecimento.

O saber ambiental não conforma uma doutrina homogênea, fechada e acabada; emerge e se desdobra em um campo de formações ideológicas heterogêneas e dispersas, construídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais; nas estratégias de poder inscritas no discurso teórico das ciências (economia, ecologia, antropologia, direito); no saber camponês e das comunidades indígenas integrados aos seus sistemas gnosiológicos, seus valores culturais e suas práticas de desenvolvimento sustentável, em suas estratégias e em suas práticas discursivas, e em seus instrumentos normativos e jurídicos. (LEFF, 2004: 280)

É neste contexto que houve interesse em fazer com que os países se reunissem e passassem a trocar informações, discutir e repensar conceitos e estabelecer novas propostas. Como afirmou a jornalista Andréia Fanzeres, “a concepção de sustentabilidade não era clara, tampouco figurava entre os principais interesses governamentais o entendimento da relação sociedade-natureza” (Fanzeres, 2004: 44), mas as pesquisas científicas já começavam a sugerir um futuro caótico caso não houvesse mudanças na gestão dos recursos naturais e na questão do desenvolvimento. Assim, as Nações Unidas convocaram a realização do primeiro grande encontro mundial para discutir o tema.

## 2.2 Uma perspectiva histórica

A primeira grande reunião para tratar do meio ambiente aconteceu em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972 e foi chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A posição do Brasil neste momento foi bastante criticada. A jornalista Andréia Fanzeres defende em sua monografia “Rotinas Produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil” que o Brasil foi contrário a resolução da Conferência, que defenderia que “as os países que não haviam enriquecido até aquele momento deveriam deixar de fazê-lo em prol da sobrevivência da vida na Terra”.<sup>4</sup>

Mas é preciso levar em conta que o país estava vivendo o chamado “milagre econômico”, ou seja, os mais altos índices de crescimento da economia nacional e o aparente sucesso da campanha do governo militar por um desenvolvimentismo a qualquer custo. Esse cenário econômico e político, naturalmente, refletiram as direções tomadas pelo país durante a Conferência. Inclusive, porque além da questão econômica, o Brasil, entre outros países, passava por um momento de repressão política e movimento ambiental não era percebido como algo que poderia favorecer ao desenvolvimento do país.

---

<sup>4</sup> Fanzeres ipud: ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da Sustentabilidade, 2002. p. 39.



Mas, o que se percebe de maneira unânime é que a questão ambiental não era um tema relevante para o governo brasileiro. Nesse sentido, o pesquisador André Aranha Corrêa do Lago, autor do livro “Estocolmo, Rio e Johannesburgo: as três conferências ambientais da ONU”, afirma que

No início dos anos 70, países com regimes autoritários e com altas taxas de crescimento econômico, como a África do Sul, a Espanha, o Irã ou a Coreia do Sul, viam todos com preocupação o crescimento de um movimento a favor do meio ambiente, cujas repercussões para suas economias eram uma incógnita e cujos efeitos políticos sobre suas sociedades não podiam ser positivos, uma vez que o ambientalismo era associado aos movimentos de esquerda. Existia, portanto, dupla preocupação por parte de países em desenvolvimento com regimes totalitários como o Brasil: temiam-se, por um lado, o questionamento de políticas econômicas que sustentavam o regime e, por outro, a possibilidade de criação de novo fator de desestabilização política. (LAGO, 2006: 115)

Ainda para pensar o contexto do país naquele momento é interessante também observar a fala do Embaixador Araújo Castro, Representante Permanente junto às Nações Unidas, em discurso proferido em 1970:

Ninguém põe em dúvida a necessidade de medidas prontas e eficazes, algumas das quais recaem no âmbito da cooperação internacional, com vistas ao combate à contaminação e à preservação do meio humano. O que parece indispensável é que essas medidas não sejam tomadas em abstrato, sem que se levem em consideração as necessidades vitais do desenvolvimento econômico. Os países em desenvolvimento só podem ver com apreensão uma tendência para uma política de estabilização do poder que coloca toda ênfase no desarmamento regional, controle da população, desestímulo ao uso da energia nuclear para fins pacíficos e desestímulo a um rápido processo de industrialização. (LAGO, 2006: 116)

Mas apesar das críticas à posição brasileira, essa reunião trouxe algumas novidades para o cenário mundial: o problema ambiental foi reconhecido pelos estados e começa-se a discutir a diferenciação entre meio ambiente natural e artificial. Além disso, foi a partir desse momento que se começou a pensar na necessidade de estabelecer mudanças políticas no plano nacional e internacional.

As discussões continuaram e no ano de 1992 o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O objetivo deste encontro era viabilizar um compromisso dos países membros em estabilizar concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, a fim de evitar que as interferências do homem (e suas conseqüências) sigam causando desequilíbrio no sistema climático.

Vinte anos depois da primeira reunião o cenário político nacional e internacional havia mudado significativamente e incentivava novas mudanças. Para se perceber o avanço que significou a Rio-92, pode-se fazer uma rápida e interessante comparação: segundo o professor de direito ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sidney Guerra<sup>5</sup>, em 1972, no encontro que aconteceu em Estocolmo, 113 países estiveram presentes, mas apenas dois chefes de estados compareceram: o da Suécia, anfitrião do encontro e o da Índia.

O pesquisador André Lago cita também no seu livro algumas forças que motivavam essas mudanças, entre elas o fato de o modelo econômico não ter solucionado os problemas sociais do país e afirma que houve um aumento do interesse da opinião pública nos assuntos referentes à questão ambiental, motivada, por exemplo, pelo acidente em Cubatão, pelo aumento do desmatamento da Amazônia e também pelo fato que devido a uma estabilização econômica as pessoas passaram a poder se deslocar com mais facilidade e observar o desenvolvimento de diversas regiões do país.

Assim, a Conferência do Rio de Janeiro vem para completar este ciclo e fez com que houvesse definitivamente um deslocamento do olhar quando se trata de mudança ambiental. Sobre isso, a jornalista Samyra Crespo afirma que

A superexposição que o tema obteve por aqui antes, durante e após a Conferência descolou definitivamente, para os brasileiros, a problemática ecológica ou ambiental daquela moldura provinciana que colocava o ambientalismo na caixinha da “contracultura”, e, rapidamente, tanto entre as elites informadas quanto entre a população (através da mídia), meio ambiente começou a ser relacionado a uma série de eventos dramáticos que a pauta dos chamados problemas globais fez emergir (CRESPO, 2008: 62)

A sociedade civil, a imprensa e as instituições de pesquisas científicas formam um triângulo de forças que passaram a se retroalimentar e motivaram conjuntamente a ampliação do debate, ainda que a profundidade do debate não tenha se mantido após o encontro mundial e que o modelo econômico de desenvolvimento não tenha sido alterado.

É interessante lembrar também que essa pressão internacional se deu no mesmo ano em que era desenvolvida a nova constituição do país, que seria concluída em 1988 e segundo o professor de direito ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sidney Guerra<sup>6</sup>, foi a primeira a contemplar uma política de proteção ao meio ambiente ao estabelecer, entre outras coisas, princípios, definições, órgãos, responsabilidade (LEI 6938/1981).

---

<sup>5</sup> Durante palestra realizada no Centro de Informação das Nações Unidas em julho de 2009; Rio de Janeiro/RJ

<sup>6</sup> Durante palestra no Centro de Informações das Nações Unidas, em julho de 2009, Rio de Janeiro/RJ

O Brasil podia assumir diante de sua sociedade civil os problemas ligados ao meio ambiente e a dificuldade de combatê-los, mas o País continuaria a defender que seu desenvolvimento econômico era o melhor caminho para lidar com os problemas ambientais e que a soberania sobre seus recursos naturais era indiscutível (LAGO, 2006, 153)

Um dos elementos que influenciaram profundamente as discussões durante o encontro Rio-92 foi a Declaração do Informe da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que havia sido apresentando em 1987, na Assembléia Geral das Nações Unidas. O ambientalista Paulo Nogueira Neto, que fez parte dessa comissão<sup>7</sup>, explica que essa investigação foi feita com base na relação entre desenvolvimento e pobreza. Não se acreditava segundo Neto, que o planeta fosse desaparecer, mas que diversos bolsões de pobreza iriam se desenvolver e que a desigualdade iria se acentuar ainda mais.

Para alcançá-lo o relatório recomenda retomar o crescimento, alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; melhorar e conservar a base natural de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco, incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisão<sup>8</sup>

Esse estudo, também conhecido como relatório Brundtland, defendia a implementação do conceito de desenvolvimento sustentável: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

O paradigma do desenvolvimento sustentável enfatiza um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento, um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções e um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento (PELLEGRINI FILHO, 2000: 71)

O autor Francisco Milanez destaca que é necessário pensar sociedade, economia e meio ambiente como um sistema único, onde os diversos elementos se relacionam e se ajustam constantemente, com igualdade de importância.

Este fato vai deslocando cada vez mais a humanidade do centro da criação em direção ao dar-se consciência de ser apenas uma “engrenagem” do processo da vida, tão importante quanto as demais partes (MILANEZ, 2003: 79)

---

<sup>7</sup> Entre os 23 membros que compunham a comissão apenas dois eram da América Latina, o brasileiro Paulo Nogueira Neto e um pesquisador colombiano.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.pnud.org.br/gerapdf.php?id01=84>, acesso em 10/10/2009

É interessante observar que também segundo Milanez, o desenvolvimento sustentável se apresenta sob quatro perspectivas. A primeira seria justamente a questão ambiental, afinal, esta é o centro de toda a discussão, e segundo afirma Milanez, foi a própria crise que fez com que houvesse uma demanda tal, que culminou no conceito.

A segunda perspectiva está relacionada com a questão social. Trata-se de defender que qualquer ação precisa beneficiar a todos, precisa ser socialmente justa, inclusive porque “toda a injustiça social fez com que o desenvolvimento deixasse de se sustentar socialmente”: a desigualdade segue prevalecendo e grande parte da população está excluída e não tem acesso aos benefícios desse desenvolvimento, mesmo que essas vantagens signifiquem muitas vezes acesso à serviços básicos de assistência.

Esse fator está diretamente relacionado com a questão econômica: para que se consiga atingir um desenvolvimento sustentável é necessário que as medidas consigam ser aplicado economicamente e que garanta qualidade de vida digna á todos. Até o momento, houve um fortalecimento de um sistema que ao final não conseguiu garantir direitos fundamentais do homem à educação, saúde, moradia e alimentação.

O quarto elemento, que conclui os elementos intrínsecos ao conceito de desenvolvimento sustentável: a discussão sobre a cultura. Este talvez seja, não apenas o mais importante, como se refere Milanez, mas também o conceito-chave para uma possível mudança de perspectiva de vida e de relação social. Isso porque, são os valores e os conceitos culturais que determinam, ou ao menos funcionam como uma peça determinante quando se trata da manutenção do sistema tal como ele é e como se desenvolve. Os valores e os conceitos produzidos por cada grupo acabam por definir padrões de consumo e criando modelos e padrões também para as relações interpessoais. O que se torna determinante pelo próprio sistema educacional.

A construção dessa nova sociedade passa necessariamente por uma revisão na forma como produzimos conhecimento e de como educamos. Sem uma sociedade que permita a todos contribuírem crítica e criativamente na solução dos problemas, na construção do conhecimento e na educação de todos, não é possível imaginar como alcançar a cumplicidade que requer um pacto social e as mudanças de costumes e valores necessários. Grande parte do empecilho para alcançar este objetivo está na forma arrogante e estilista com que se constroem os conhecimentos, bem como na forma limitada e acrítica com que são divulgados, seja pelos meios de comunicação, seja por uma educação alienante. (MILANEZ, 2003: 81)

Todas essas novas discussões influenciaram a forma como se percebe o desenvolvimento. Não se trata mais de um processo associados estritamente a produção

industrial ou ao valor de mercado agregado a um produto. A desigualdade social e a concentração de renda passaram a ser parte do debate, principalmente depois que não houve variação positiva quando se trata de qualidade de vida e de melhorias estruturais na sociedade, apesar do crescimento econômico da década de noventa.

A idéia de desenvolvimento não predatório, de combate à poluição, etc, é muito antiga. A novidade era a idéia de afastar tudo que fosse predatório, propositadamente, para que o desenvolvimento pudesse continuar. E como você caracteriza um desenvolvimento desse tipo? Concluimos que a característica deve ser não prejudicar as gerações atuais, nem as futuras. As gerações futuras passaram a ser uma meta.<sup>9</sup>

Todo esse debate resultou no chamado Protocolo de Kyoto, em 1995. Apesar das polêmicas, quando por exemplo os Estados Unidos se negam a assinar o protocolo, pode-se dizer que houve um consenso entre a maioria dos países e a partir de então algumas medidas deveriam ser adotadas seguindo o princípio de uma “responsabilidade compartilhada, porém diferenciada”.

Na ocasião os países foram classificados em anexo 1 (países de industrialização antiga) e países não pertencentes ao anexo 1. Estes países – grande parte também pertencente ao grupo dos em desenvolvimento não teve que diminuir as suas emissões. O seu compromisso era apenas desenvolver tecnologias sustentáveis, através dos investimentos dos países chamados desenvolvidos.<sup>10</sup>

Lago lembra que entre a Conferência de 1992 e a cúpula de Johannesburgo, que aconteceu dez anos depois, aconteceram avanços inegáveis quanto ao conhecimento científico, progresso tecnológico e ao envolvimento do setor privado no debate da questão ambiental ao tempo em que em diversos países se fortaleceu a legislação ambiental e cresceram a informação e a participação da sociedade civil. (LAGO, 2006: 87).

Foi neste cenário que em 2002 lideranças mundiais voltaram a se reunir em Johannesburgo para debater a questão ambiental. Infelizmente, entre todos os eventos pode-se considerar que este foi o que teve menor repercussão. Quando se deu a reunião o contexto internacional era bem pouco favorável para que os líderes dos governos parassem para discutir temas que ainda não são vistos com prioridade.

Se, pelo lado econômico, já se anunciava difícil um êxito em Johannesburgo, por outro, os atentados de 11 de setembro de 2001 provocaram uma mudança radical das prioridades da agenda política internacional que, também, não favorecia o debate sobre o desenvolvimento sustentável. (LAGO, 2006. p. 92)

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.pnud.org.br/meio\\_ambiente/entrevistas/index.php?id01=84&lay=mam](http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/entrevistas/index.php?id01=84&lay=mam), acesso em 14/10/2009

<sup>10</sup> Segundo o Programa Das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, em português)

Lago ressalta que o processo preparatório da Cúpula de Johannesburg foi, desde o início, menos “ambicioso” que o do Rio: não havia processos de negociação para Convenções a serem assinadas na Conferência, nem se pretendia elaborar um documento da complexidade e abrangência da Agenda 21. O desafio do processo era progredir onde, no Rio, se havia verificado impasse ou não se lograra cumprimento, e encontrar caminhos realistas para que o acordado no Rio fosse implantado.

Para os países em desenvolvimento e, sobretudo, para as maiores economias em desenvolvimento como Brasil, China e Índia, o apoio incondicional ao Protocolo de Kyoto tornou-se prioritário na agenda de Johannesburg. (LAGO, 2006: 99)

Paralelo a isso, é necessário lembrar que a década de 90 marcou o fim da Guerra Fria e o aparecimento no cenário econômico de novos atores, como a China. Tudo isso fez com que fosse registrado o maior crescimento econômico da história. Mas a dificuldade de executar os compromissos assumidos logo se fez realidade. Os avanços citados não garantiram o progresso necessário na implantação das medidas consideradas necessárias para uma mudança na gestão ou uma nova forma de percepção sobre consumo, desenvolvimento industrial e até mesmo uso dos recursos naturais. A falta de entendimento entre as nações dificultou o desenvolvimento e ficou clara a necessidade de uma nova estratégia para a construção de uma política ambiental.

Diante de um cenário em que as propostas de 1992 não foram alcançadas, os países passaram a discutir e a negociar novas possibilidades para os próximos anos e assim se preparam para um novo encontro que vai acontecer em dezembro deste ano, desta vez em Copenhague (Dinamarca). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU),

O objetivo da reunião é negociar um sucessor do Protocolo de Kyoto, acordo climático que regula a emissão de carbono pelos países signatários — mas que expira em 2012.<sup>11</sup>

### **2.3 O ano de 2009**

É neste contexto que estamos, justamente quando se começa a traçar um desenho do que será o encontro de Copenhague. Desde o começo de 2009, representantes dos países-membros das Nações Unidas já vêm se encontrando e negociando possíveis parcerias e discutindo a situação ambiental. Trata-se da preparação para a Conferência das

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.brasilpnuma.org.br/2009/07/copenhagen-seal-deal.html>, acesso em 26/09/2009

Nações Unidas sobre Mudança Climática, que acontece em dezembro de 2009, em Copenhague (Dinamarca).

O principal objetivo deste grande encontro é definir um novo acordo para substituir o Tratado de Kyoto, que expira em 2012. Mas, muito ainda precisa ser discutido e a ONU corre contra o tempo, através de diversas campanhas de conscientização para disseminar a importância de se discutir a crise ambiental e também para garantir que os países cheguem a um acordo.

Entre os fatores mais preocupantes é a dificuldade de chegar a uma conclusão sobre como deve ser a participação dos países chamados industrializados e dos que estão em desenvolvimento. Quem deve reduzir as emissões de gases intensificadores do efeito estufa? Em que proporções? Quais são as medidas que podem ser adotadas para garantir uma gestão mais sustentável dos recursos naturais, sem prejuízo para o desenvolvimento com garantia que os serviços sociais básicos estarão disponíveis para todos os cidadãos?

Todos esses questionamentos estiveram presentes nas mesas de discussões que prepararam para o encontro, seja em Bangcoc, que aconteceu em outubro, ou em Barcelona, no mês seguinte. A grande preocupação das Nações Unidas é que em dezembro de 2009 haja uma resolução final conjunta e que a partir dessa reunião possa haver o desenvolvimento de um novo tratado capaz de definir metas e estabelecer compromissos.

A menos de um mês antes no encontro não existe unanimidade entre as nações, o que claramente torna-se uma preocupação para a ONU, que está organizando o evento. A declaração da Ministra da Dinamarca para Meio Ambiente e Energia, Connie Hedegaard para o site [cop15.dk](http://en.cop15.dk) traduz perfeitamente o pensamento das Nações Unidas:

Se o mundo todo vier para Copenhague e sair sem ter feito um acordo político, será um fracasso e não apenas para o clima. O sistema democrático mundial terá demonstrado ser incapaz de apresentar resultados em um dos assuntos mais decisivos do nosso século. E isso não pode ser possível. Não é uma opção.<sup>12</sup>

O Brasil também está inserido nessa discussão e pode-se dizer que a sua situação é bastante polêmica e singular. Até o momento o país é considerado pertencente ao grupo dos países em desenvolvimento, isto é, aqueles que deveriam receber investimentos para aprimorar tecnologias que garantissem o desenvolvimento de forma sustentável. Apesar disso, está se tornando senso comum que o país está entre os que mais emitem gases de efeito estufa. Mas diferentemente dos demais países do topo desta lista, a razão não é a

---

<sup>12</sup> Disponível em <http://en.cop15.dk/news/view+news?newsid=2257>, acesso em 26/20/2009.

queima de combustíveis fósseis para produção de energia, mas a queima de madeira, ou seja, o avanço das queimadas - principalmente na Amazônia - para uso da pecuária ou para expansão da agricultura. Assim, além da participação do Brasil como país emissor de gás de efeito estufa, o que também vem sendo colocado em questão é o desmatamento da Amazônia e a habilidade do governo brasileiro em promover a manutenção da floresta, a utilização do solo e a gestão dos recursos naturais da região.

Antes mesmo do início da reunião já existe um clima de apreensão sobre qual será a posição do governo brasileiro. Existem elementos que fazem perceber que o governo brasileiro admite a necessidade de se renovar o modelo de exploração da floresta amazônica. A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a redução das emissões em 80% causou tamanho efeito, que até mesmo o site da Conferência divulgou a notícia.

O ritmo do desmatamento na Amazônia vai ser reduzido em 80% até 2020. Esta medida de redução do desmatamento foi divulgada pelo presidente Luiz Inácio em um programa nacional de rádio.<sup>13</sup>

Os principais atores desse debate sobre as metas que o governo brasileiro vai assumir são o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra da Casa Civil, Dilma Rouseff e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Até meados de novembro, o governo ainda não havia divulgado metas e o temor, como foi publicado pelo jornal O GLOBO, no dia 04/11/2009, é que o governo não assuma metas internacionais, mas o Minc garante que isso não vai acontecer e que o país vai “vai ter uma meta muito forte, vai dar uma grande contribuição ao planeta e vai ajudar a salvar a Conferência de Copenhague”.

O Brasil sem dúvida vem sendo um dos centros da atenção, seja da mídia internacional, seja da própria Organização das Nações Unidas. O secretário da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, disse que “está ansioso” pelo anúncio do governo brasileiro de medidas de redução de emissões no país.

“Nós vamos precisar saber em Copenhague o que os países em desenvolvimento como o Brasil poderão fazer, e eu espero que estes esforços possam ser quantificados”, pontuou De Boer. Ele reconheceu que o país já tem aprovado um plano nacional de mudanças climáticas, mas que espera que seja possível ao governo finalizar um novo pacote e um número antes de Copenhague.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Disponível em <http://en.cop15.dk/news/view+news?newsid=2351>, acesso em 26/10/2009.

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.portaldomeioambiente.org.br/mudancasclimaticas/2332-a-onu-espera-o-brasil.html>, acesso em 04/11/2009



Essa discussão vem sendo acompanhada de perto pela mídia, que inclusive costuma criticar o “silêncio do governo brasileiro”. Parece haver certa angústia por parte dos veículos de comunicação, interessados em divulgar qual será a resolução do governo brasileiro para Copenhague. A meta de redução de emissões não se mostrou suficiente para acalmar tal situação. As reportagens produzidas sobre esse silêncio, causado pela falta de entendimento entre os diferentes setores do governo, vem em tom de cobrança e transmite certa angústia. Sem dúvida o que mais se procura é a definição concreta de metas e de políticas de governo que possam definir a posicionamento do governo brasileiro em relação à crise ambiental.

A poucas semanas do encontro na Dinamarca, especialistas parecem temer pelo sucesso do evento. Uma das razões para isso é o fato que no encontro que antecede a Cúpula, que aconteceu na primeira semana de novembro, em Barcelona, o mal estar foi geral devido a falta de entendimento por diversas frentes de trabalho. Líderes de países do continente africano boicotaram os dois primeiros dias – de três – em protesto pela dificuldade em progredir nas negociações sobre clima pouco tempo antes da reunião de Copenhague e pela falta de posicionamentos dos países desenvolvidos quanto a questão da responsabilidade sobre as emissões e o papel dessas nações quando se trata de investimentos.

Mas esse vazio quando se trata de metas não angustia apenas a brasileiros. A União Européia, por exemplo, falou sobre a possibilidade de reduzir em 20% o nível das emissões, mas foi o próprio representante do bloco que causou um grande alvoroço na rodada de Barcelona. Segundo reportagem do jornal O GLOBO do dia cinco de novembro, “ganha corpo a tese de que o mais provável é que o encontro de cúpula em Copenhague não feche um protocolo oficial. Com força de lei, mas apenas um acordo político. Na prática, tal acordo não teria muita força, pois não implicaria um compromisso oficial dos membros, como é o Protocolo de Kyoto.”

Outro ator fundamental nesse cenário é o governo dos Estados Unidos. A participação do país costuma ser vista como decisiva no desenrolar das negociações. Como já foi dito, os EUA não assinaram o Protocolo de Kyoto, o que gerou diversas críticas. Hoje, o atual presidente do país, Barack Obama, tenta mudar a imagem que se tem da participação e da adesão do país nas negociações internacionais acerca do clima. Mas até o momento, mais uma vez não foram apresentados números ou propostas concretas e a lentidão do Senado para aprovar a lei de mudanças climáticas vai refletir na participação

do país em Copenhague: sem um consenso interno, corre-se o risco dos EUA não apresentarem metas concretas.

Membros da Casa Branca esperam que o avanço nas negociações permita que a equipe do EUA vá a Copenhague com sinais de mudança efetiva na política ambiental americana, algo nunca visto durante a administração de George W. Bush, um feroz aliado da indústria de combustíveis fósseis (petróleo e carvão)<sup>15</sup>

A expectativa nas semanas que antecedem o evento é muito grande. Inclusive porque diferentemente dos encontros anteriores, hoje a temática ambiental já faz parte da chamada agenda - seja no âmbito político, seja na mídia. Hoje a discussão se popularizou e já existem diversas iniciativas que procuram defender o engajamento na discussão, como por exemplo, a própria Nações Unidas, que lançou um site um pouco mais de um mês antes da reunião em Copenhague com a temática “ONU verde: O que você está fazendo para cuidar do meio ambiente?”.

Sobre isso, vale ressaltar que a jornalista Samyra Crespo se mostra bastante satisfeita com a evolução e com a popularização das discussões. Em um artigo publicado do Meio Ambiente no Século XXI, ela comenta sobre uma pesquisa chamada de *Healthy Planet*, que seria realizada em vários países com o objetivo de investigar o que a população conhecia sobre a questão ambiental. No Brasil o resultado foi bastante trágico, mas segundo ela isso era “justificável”. Segundo ela, os dois principais fatores para essa mudança foi o fato da Conferência de 1992 ter acontecido aqui no Rio, o agravamento de problemas ambientais locais e também a “extensão e o aumento da densidade da vida política democrática”.

O ambientalismo brasileiro, denominado pejorativamente de “ecologismo”, era incipiente, pouco conhecido como ideologia intelectual ou de pesquisa. (...) Falamos de dez anos e acredito que poucos temas tenham levado tão pouco tempo para mudar de patamar no entendimento da população. Um fenômeno sem dúvida explicado por um conjunto de fatores externos e internos que impulsionaram esse, digamos assim, fluxo da consciência pública. (CRESPO, 2008: 62 - 63)

Nesse mesmo artigo, Samyra avalia a percepção popular sobre a temática popular. A visão da autora é bastante positiva. Entre as conclusões apresentadas, pode-se destacar o fato de que apesar de o conhecimento popular ainda ser bastante insatisfatório, houve uma grande evolução e hoje já existem iniciativas locais para uma melhor resolução de

<sup>15</sup> Trecho da matéria intitulada “EUA investem em energia limpa e tentam acordo para Copenhague”, publicado no jornal O GLOBO, dia 28 de outubro de 2009, na editoria de ciência, página 30.

problemas ambientais, como o melhor aproveitamento do lixo e até mesmo um maior reconhecimento do homem como parte integrante do meio ambiente. (CRESPO, 2008: 67). Ainda assim, ela claramente critica a eficiência de ações individuais ou restritas a um pequeno número de pessoas, que não levam em conta também o contexto mais global:

Um programa de reciclagem em um condomínio é um ato louvável, mas inteiramente inócuo se o bairro continuar misturando o lixo, e mais inócuo ainda se não houve um serviço público capaz de aproveitar/encaminhar o lixo selecionado aos destinos certos. (SAMYRA, 2008: 68)

Em resumo, mais que ações locais é preciso que essas reações estejam interligadas e relacionadas com uma política do governo de gestão das cidades e o mesmo vale quando pensamos em relação a preservação de florestas. É necessário que haja um engajamento capaz de garantir a eficiência dos possíveis investimentos e para se discutir os caminhos que serão traçados.

Neste cenário, em que se identifica o Estado e o cidadão como atores fundamentais na promoção do debate, falta acrescentar um terceiro elemento extremamente relevante: os meios de comunicação. Afinal, ao se buscar um entendimento sobre a evolução do pensamento ambiental na sociedade, é necessário pensar a lógica da cobertura mediática sobre a questão ambiental, inclusive porque é inegável a capacidade e até mesmo a habilidade dos veículos de comunicação na produção de sentido e a capacidade da mídia em determinar a agenda pública, ou como afirma Celso Mattos<sup>16</sup> em seu artigo “*Agenda-setting* e o discurso circular da informação”, fazendo referência a pesquisadores como Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw, “a capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, o que realça o seu papel na configuração da nossa realidade social”.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Mattos é Jornalista e Mestre em Comunicação pela UNESP-Bauru-SP

<sup>17</sup> Disponível em [http://www.ump.edu.br/midialogos/ed\\_01/artigos/Agenda%20Setting%20-%20Celso%20Mattos.pdf](http://www.ump.edu.br/midialogos/ed_01/artigos/Agenda%20Setting%20-%20Celso%20Mattos.pdf). Acesso em 29/10/2009

### 3 Pensando o Jornalismo Ambiental

E discuti-la [a ciência] é o que cabe ao jornalismo científico fazer, não reproduzir acriticamente uma ideologia de objetividade, consenso e clarividência que nem entre cientistas encontra mais apoio. (...) fornecer informação compreensível, qualificada e contextualizada. (LEITE, 2005: 01)

Tendo como premissa essa citação de Marcelo Leite é que será possível pensar sobre a evolução do jornalismo ambiental. É preciso esclarecer sim, mas não exatamente sob a perspectiva do educar. Nesse sentido, o papel da imprensa está mais relacionado com instigar o conhecimento. São as próprias pessoas que acabam buscando se aprofundar, nos temas que mais lhe parecem interessantes. A questão é que a imprensa funcione como uma oportunidade para gerar debate e um mínimo de explicações básicas que torne possível um esclarecimento mínimo por parte do público.

Ainda segundo Marcelo Leite para que se consiga atingir esse objetivo o jornalista precisa possuir um desafio, que pode ser classificado em três níveis de comprometimento, segundo três patamares do desconhecimento do público.

O primeiro ponto seria a ignorância de base: que se refere ao esforço que o jornalista deve ser depreendido para esclarecer mesmo os conceitos mais básicos da ciência, principiando com células, cromossomos, mitose e meiose etc., pois eles são ignorados por grande parte da população, mesmo entre aqueles que possuem um nível mais elevado de escolaridade.

Em seguida estaria a ignorância sobre o que está acontecendo. É fundamental acompanhar o que vem acontecendo no mundo científico. A cobertura, como em todos os outros temas deve ser criteriosa, noticiando o que de fato for importante. Mas vale acrescentar nesse ponto a importância de um pensamento crítico.

Por fim, a questão das implicações deveria ser a grande preocupação: a necessidade de investigar e expor as consequências éticas, jurídicas, sociais e políticas dos temas que estão sendo colocados em pauta. Acredita-se que o comentário de Leite sobre este ponto seja realmente pertinente: este é talvez o problema mais complexo de resolver, pois depende inclusive que o jornalista aprofunde o seu conhecimento para que então seja capaz de transmitir essas informações.

#### 3.1 Primeiros passos

O jornalismo ambiental surge justamente a partir deste contexto de questionamento da realidade que estava sendo construída, principalmente a partir da segunda metade do

século XX, quando passou a existir uma cobertura ambiental efetiva, apesar de bastante restrita.

A jornalista Andréia Fanzeres traça um panorama bastante interessante sobre o tema. Em sua monografia, ela destaca que o surgimento do jornalismo ambiental brasileiro “veio a reboque do próprio movimento ecológico”. A diferença, ainda segundo ela, é que esses grupos passaram a buscar desenvolver credibilidade e uma maior “consistência e abrangência”. (FANZERES, 2004: 47)

Ainda assim, pode-se sem dúvida dizer que o jornalismo ambiental venha ganhando espaço dentro das redações, porém esse processo vem acontecendo de uma maneira bastante lenta.

Ainda assim, uma pesquisa da Agência de Notícias pelo Direito da Infância (ANDI) mostrou que a imprensa parece estar mais interessada na cobertura ambiental. Principalmente nos temas ligados ao cenário nacional, ao menos quando se trata da questão da mudança climática. É o que indica uma pesquisa de monitoramento da mídia realizada pela agência, a partir da observação de 50 jornais de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal durante dois períodos que somam 14 trimestres (entre julho de 2005 e junho de 2007, e julho de 2007 e setembro de 2008).

De acordo com o estudo, dentre as matérias que se prendem a localidades específicas, as referências ao contexto brasileiro aumentaram de 42,7%, no primeiro período analisado, para 72,3%. Outro dado que mostra uma abordagem mais ligada à realidade nacional diz respeito à percepção sobre as responsabilidades dos governos estrangeiros e as que cabem ao Brasil. No período de 2005 a 2007, líderes de outros países eram vistos como os principais responsáveis por apresentar respostas ao problema (24%). Já na segunda fase da investigação essa demanda foi transferida para o Executivo brasileiro (32,2%)<sup>18</sup>.

A ANDI afirma que esse aumento do interesse pode ser justificado pela falta de gancho de matérias internacionais ao mesmo tempo em que passou a ser desenvolvidas uma série de políticas do governo brasileiro que colocaram em pauta a questão ambiental no Brasil, como por exemplo, “metas internas de redução de emissões, bem como à repercussão de estudos os impactos do fenômeno em território nacional lançados no decorrer do período”.

A pesquisa aponta ainda que durante os cinco primeiros trimestres ocorre uma estabilização no número de matérias publicadas. A grande mudança acontece entre outubro de 2006 e junho de 2007: existe uma explosão de matérias a respeito de mudança climática

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/1143>; acesso em 14/10/2009

- devido a fatores como o lançamento do filme “Uma verdade Inconveniente”, a COP-13, a Reunião de alto Nível da ONU em Nova York, entre outras ações citadas pela pesquisa.

Ainda que em um terceiro momento o espaço destinado a esse tipo de matéria volte a diminuir, chega-se a conclusão que a questão ambiental conseguiu avançar e ganhou espaço editorial durante esses últimos anos, o que “garante minimamente o agendamento do tema nos jornais de alcance nacional e nos econômicos, mas que ainda é muito incipiente nos periódicos de circulação local”.

### **3.2 O “boom” da mídia ambiental**

Pode-se dizer que o grande salto da cobertura ambiental – e também da discussão ambiental – aconteceu em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro. Em junho daquele ano, a cidade reuniu representantes de mais de 180 países, entre eles 64 chefes de estados, chefes de governo, vice-presidentes, organizações não-governamental, entre outros.

Fanzeres apontou que depois de dias de muita discussão no Rio de Janeiro, cinco documentos foram aprovados: a Convenção do Clima, que sinalizava a necessidade de controle das emissões dos gases intensificadores do efeito estufa – documento este que mais tarde justifica a criação do Protocolo de Kyoto; a Declaração do Rio, que cria novos níveis de cooperação entre os Estados na luta contra os problemas ambientais; a Agenda 21, que incentiva que cada estado tome as suas medidas em nome de um desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo; a Declaração das Florestas, que possuía uma intenção de recompensar os países que protegessem suas matas; e por fim, a Declaração da Biodiversidade, que tinha como objetivo fortalecer a cooperação entre os países na gestão de recursos biológicos e na proteção de espécies em extinção. (FANZERES, 2004: 51)

Citando mais uma vez Fanzeres, pode-se dizer que foi durante a preparação para o evento que a temática ganhou visibilidade através, por exemplo, de cadernos especiais – como o do Jornal do Brasil, que foi criado para poder apresentar ao público novos conceitos que já estavam em discussão e para que eles pudessem entender a magnitude do que estava acontecendo.

Tudo era extremamente novo e não só para o público. Os jornalistas não tinham experiência na cobertura desse tipo de assunto, mas pelo que pode ser percebido através da descrição de Fanzeres, a cobertura da Rio-92 acabou funcionando como um grande laboratório de experimentações.

Depois de pouco tempo do término da conferência, as editorias, os cadernos especiais foram pouco a pouco deixando de existir. Fanzeres comenta que a cobertura no Brasil do processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e a cobertura internacional da reconstrução do leste europeu e a guerra do Golfo renderam uma grande e intensa cobertura, que acabou marginalizando a cobertura ambiental. Essa informação é confirmada quando Fanzeres cita um momento de uma entrevista com a jornalista e editora Kristina Michahelles, em que ela afirmou que poucos jornalistas continuaram pensando e questionando questões ligadas ao meio ambiente.

Durante a década de noventa o meio ambiente sai da pauta dos jornais, mas hoje devido entre outros fatores ao desenvolvimento do debate sobre a crise ambiental, começa-se a perceber que jornalismo ambiental vai muito mais além de catástrofes e discute-se cada vez mais a importância de se aprofundar o conhecimento e o debate, principalmente nesta segunda metade de 2009, às vésperas da Conferência de Copenhague (Dinamarca) em dezembro de 2009.

A questão ambiental já não é mais tão desconhecida para os jornalistas, inclusive porque existe uma mídia especializada crescente, que cada vez mais procura se desenvolver, se aprofundar, ganhar credibilidade, através da exposição de idéias concretas e embasadas.

Pode-se dizer que o jornalismo ambiental não está mais tão marginalizado, mas continua de certa forma, apenas como coadjuvante. Ainda há muito preconceito a serem vencidos dentro das redações e espaço editorial a ser conquistado. Mas quais elementos, além da necessidade de reformulação de valores e conceitos intrínsecos ao jornalismo ambiental impedem esse aprofundamento?

### **3.3 Desafios do jornalismo ambiental**

Alguns fatores fazem com que a prática do jornalismo ambiental se torne mais difícil. Percebe-se como uma das principais dificuldades a tendência dentro das redações em associar jornalismo ambiental a grandes catástrofes climáticas, como por exemplo, a ocorrência de chuvas ou de períodos de estiagem em proporções críticas, trazendo danos ao patrimônio urbano, a produção rural, além de problemas de moradia, abastecimento, entre outras situações, mas hoje já se sabe que o jornalismo ambiental tem potencial de promover uma discussão que vai muito além dos temas ligados estritamente a natureza. Sabe-se que esses eventos naturais são apenas uma das temáticas possíveis, inclusive existem estudiosos, como o jornalista André Trigueiro que afirmam que a pauta ambiental deve estar inserida em todas as editorias, como por exemplo, a econômica, política, cidade, internacional e até mesmo cultural.

Em paralelo a isso, existe a dificuldade em conceituar os campos de atuação e a também a falta de entendimento profundo desse tipo de cobertura. O jornalista Wilson da Costa Bueno fala sobre essa questão no livro “Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente” (2007) e propõe uma reflexão baseada no caráter inovador dessa, que não nasce querendo se tornar uma editoria, mas sim uma forma de fazer cobertura jornalística, o que conseqüentemente acaba por inspirar a revisão de conceitos e valores sociais, além de indicar a necessidade de uma reflexão crítica.

O jornalismo ambiental anseia por um conceito, que extrapole o do jornalismo científico tradicional, que não se confunda, em nenhuma hipótese, com jornalismo econômico e que não se apóie em um jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites. O jornalismo ambiental deve construir seu próprio ethos, ainda que compartilhe parcela significativa de seu DNA com todos os jornalismo (especializados ou não). Deve propor-se política, social e culturalmente engajado (BUENO, 2007: 29)

O mais interessante é que essa dificuldade de conceituar um campo de atuação definido se desenvolve principalmente devido a uma das características-chave e diferenciais do jornalismo ambiental: a proposta de uma cobertura jornalística baseada na inter e na multidisciplinaridade.

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. O jornalismo ambiental, como o saber ambiental não é propriedade dos que detém o monopólio da fala, mas deve estar umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade (...) a sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente. (BUENO, 2007: 14)

Apesar de ser partidário dessa idéia, Bueno acrescenta que a própria estrutura do jornal, dividido em editorias, acaba dificultando ainda mais o desenvolvimento dessa perspectiva de cobertura.

A segmentação em cadernos, editorias ou paginas, consolida olhares ou focos e compromete o esforço de articulação. O saber ambiental tem sido penalizado pelo chamado mosaico informativo que caracteriza a produção mediática, que lhe retira a perspectiva integrada e a sua dimensão histórica, contemplando-o a partir de fragmentos de cobertura que descartam o contexto, as conexões e, portanto o verdadeiro ethos deste campo. Por esse motivo, o cidadão (leitor, radio ouvinte, telespectador, internauta) muitas vezes tem dificuldade para entender a amplitude e a importância de determinados conceitos e geralmente vislumbra o meio ambiente como algo que lhe é externo (BUENO, 2007: 17-18)



Outro autor que auxilia a compreender sobre a cobertura jornalística ambiental é o jornalista norte americano, Michael Frome, autor do livro “Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental” (2008). Ele fez um levantamento com profissionais que trabalham na área e mostrou como alguns afirmam ser fundamental um conhecimento técnico profundo, mas a grande maioria e inclusive o próprio autor defendem a idéia de que embora a formação auxilie na compreensão de termos técnicos e no acompanhamento, o principal segundo a sua perspectiva seria a habilidade do repórter em questionar e observar. Frome considera fundamental que o jornalista dialogue e tenha uma capacidade de contestar e buscar informações além do que vem sendo dito superficialmente, que observe nas entrelinhas, que promova uma discussão e que sirva como um facilitador, como um intérprete das informações que estão sendo divulgadas para que o público - muitas vezes leigo - seja capaz de compreender, absorver e até mesmo responder diante de um fato. A ciência e os cientistas são fontes a serem “exploradas” e devem ser utilizados como uma forma de dar credibilidade à informação que está sendo transmitida, mas é fundamental que a reportagem vá além. É necessário que se promova uma reflexão sobre como o processo que está sendo descrito vai influenciar o convívio social. O repórter deve promover uma discussão sem se restringir a ser um divulgador pura e simplesmente.

Em uma entrevista a agência ADITAL, o jornalista Wilson da Costa Bueno ressalta algumas informações importantes a respeito do jornalismo ambiental. Entre elas, é válido destacar o cuidado que o jornalista deve ter ao absorver e transmitir conceitos e/ou, como por exemplo, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, agrotóxicos, transgênicos. Para Wilson Bueno “são mal trabalhados pela mídia e a educação ambiental ainda não ganhou a dimensão devida”.

É preciso que fique claro: agrotóxico é veneno e não remédio de planta; plantação de eucalipto não é floresta, porque afronta a biodiversidade e só serve para atender a objetivos comerciais.<sup>19</sup>

Bueno reconhece que nos últimos anos os grandes grupos têm aumentado o espaço destinado a discutir a questão ambiental – e aponta exemplos como a Globo News, com o trabalho feito pelo André Trigueiro, e os do Repórter Eco, da TV Cultura – apesar da maioria do espaço editorial ao abordar esse tema ainda seja algo visto “como espetáculo”, mas pode-se acrescentar também que há abertura quando se trata de um evento catastrófico. Os jornalistas foram aprendendo na prática e através da influência da cobertura realizada em outros países sobre como realizar a cobertura ambiental. A

experiência foi sendo adquirida através de erros e acertos, mas existem dois elementos que o jornalismo ambiental passa a questionar desde o seu surgimento: o mito da imparcialidade e o fato de que cada vez mais se exige uma atenção especial às diferenças e cuidado ao retratar o outro.

### **3.4 Crítica ao conceito de imparcialidade e à manutenção do estereótipo**

O conceito de imparcialidade e também da objetividade marcaram o desenvolvimento do jornalismo nessa segunda metade do século XX. Essa prática editorial surgiu nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em um momento em que empresas de comunicação ganhavam um caráter mais empresarial. Ainda hoje há quem defenda essas teorias, mas com o desenvolvimento do jornalismo ambiental nasce uma nova contradição. Mesmo que um veículo de comunicação conseguisse ser realmente imparcial, como adotar essa prática diante de uma nova proposta de jornalismo – o ambiental – que privilegia acima de tudo o interesse coletivo?

O jornalismo ambiental quebra com o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três erres do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, em que o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos. (TRIGUEIRO, 2008: 89)

O livro de Frome pode ser visto quase que como um manifesto na defesa de uma informação de qualidade agregada à motivação do profissional. Segundo o que foi dito por Frome, o conhecimento tácito sobre o objeto em questão é fundamental e extremamente necessário.

Afinal, o jornalismo ambiental não deve ter como objetivo fazer um julgamento nem retratar os fatos a partir de conceitos pragmáticos simplistas e superficiais, que separam os grupos entre vilões e heróis, ou até mesmo vítimas ou bandidos, comprometendo uma discussão concreta. O jornalista não pode se equivocar e “simplificar questões complexas e se concentrar em imagens dramáticas”, sejam elas visuais ou descritas verbalmente, defendeu Frome.

Frome defende também que a cobertura deve ir além dos discursos oficiais e dos *press releases* e deve procurar estabelecer um diálogo entre os envolvidos. O jornalista

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=30428>, acesso em 25/09/2009

possui um papel fundamental, nesse sentido, que é o de investigar: buscar evidências, estudos, a fim de promover uma real discussão – principalmente hoje em dia, quando as chamadas novas tecnologias fomentam essa troca entre quem publica e o público.

Em concordância com o autor pode-se dizer que para realizar todo esse processo é preciso que haja algum tipo de motivação, uma abertura de olhar para o tema que está sendo tratado, mas principalmente de um envolvimento, mas isso não significa necessariamente a militância em defesa de uma causa. É preciso sim que haja um distanciamento do objeto que se estuda, mas o não envolvimento do profissional com o que está sendo produzido não é sinônimo de qualidade do produto final. Frome se mostra bastante emocionado ao falar sobre isso e por diversas vezes repete a questão de um envolvimento quase que sentimental com a causa.

Este estudo entende a necessidade dessa aproximação não como uma defesa do envolvimento emocional de quem está produzindo, mas sim a partir da sensibilidade ao abordar determinado tema. É preciso sim que o jornalista se perceba como parte integrante de um processo e consciente do que o autor chamou de “responsabilidade comunitária”.

Ele (o jornalismo ambiental) não pensa em termo de Quem, O Quê, Quando, Onde, Por que e Como, mas em uma espécie em vez de um animal, de uma floresta em vez de uma árvore e em um ecossistema juntamente com uma espécie e com uma floresta. Ele examina sistemas interconectados que tocam cada aspecto da vida: ciência, botânica, biologia, economia, história, política, ética e religião. Não é necessário conhecê-los todos, mas a capacidade de fazer perguntas e digerir as respostas é uma habilidade em si própria, a base de se escrever com amplitude e perspectiva. (FROME, 2008: 62)

Assim como é defendido no livro em diversos momentos, é preciso ressaltar que a documentação e a veracidade são fundamentais, mas isso não deve ser visto como único elemento de construção e um processo que reúne diversas forças (econômicas, políticas, sociais e ambientais – caso esta possa ser categoricamente separada da questão social). É preciso ter sensibilidade para buscar além das fontes oficiais e não se restringir aos *press releases* ou informes.

O jornalista brasileiro Wilson da Costa Bueno acrescenta ainda que alguns erros que ocorrem com frequência nesse tipo de trabalho, “derivam da tentativa recorrente de reduzir este campo a dimensões e perspectivas específicas como, por exemplo, as que privilegiam os aspectos técnico-científicos e econômicos”.

Nesse sentido, Bueno alerta para outro risco referente ao mau uso da fala da autoridade: o da hipervalorização do acadêmico, que ele chamou de “Síndrome Lattes”.

Segundo Bueno é fundamental que o repórter não se limite “ao pesquisador ou ao cientista, mas inclua obrigatoriamente os que estão fora dos muros da academia” (BUENO, 2007: 15).

O jornalismo ambiental não pode focar-se apenas no aspecto técnico, porque o importante se quisermos efetivamente trabalhar para a solução dos problemas, é perceber as conexões entre o meio ambiente, a política, a economia, a cultura, a saúde e a sociedade. Esta perspectiva fragmentada, que vem a reboque da cobertura de grandes catástrofes, não contribui para fortalecer o jornalismo ambiental, apenas o coloca na agenda, sem comprometer-se com um debate sério, abrangente, como deve ser.<sup>20</sup>

Sem dúvida a fala desses profissionais é relevante, mas o que se busca é uma humanização do processo de transmissão de informação. A notícia não precisa possuir esse caráter hierárquico, em que apenas a autoridade tenha credibilidade para transmitir valores e sensações. É preciso aproximar o conteúdo do público e muitas vezes a melhor forma de garantir o interesse do público pelo assunto é fazer o sujeito perceber que esse debate é concreto e que está inserido na sua rotina, assim como o seu próprio padrão de vida influencia e é influenciado pela questão ambiental. Em suma, que esse debate não se trata de algo distante, restrito a estudiosos ou intelectuais.

O que se propõe com tudo isso é uma cobertura jornalística que privilegie a interdisciplinaridade, com uma responsabilidade coletiva, politicamente engajada (o que não significa partidária). A informação não pode mais continuar sendo vista de uma forma majoritariamente técnica. É preciso que haja uma discussão e que se traga à tona aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

O repórter do jornal *New York Times*, Larry Rohter<sup>21</sup>, também defendeu esse ponto de vista durante entrevista quando perguntado sobre como trabalhar com informações oficiais e com a fala do povo:

Você tem que tomar com muito ceticismo qualquer versão oficial principalmente quando vem de Brasília, de repartições públicas, de pessoas que nunca viajam pela região. Obviamente há uma diferença muito grande ao falar com Jader Barbalho e com o caboclo ou um pescador. Acho que os dois tipos de contato são necessários. Mas eu acho que o trabalho de campo tem mais valor. O ribeirinho é um povo muito aberto, muito hospitaleiro. Quando você está falando pessoa a pessoa, com pessoas humildes no Brasil, de um modo geral eles são muito receptivos. Inclusive porque para muitos deles é a primeira vez na vida que alguém pergunta “qual a sua opinião?” Eles gostam disso. Eles querem opinar, aprendi muito conversando com o povo de lá...

<sup>20</sup> Disponível em <http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=30428>, acesso em 25/09/2009

<sup>21</sup> Entrevista realizada pela autora desta monografia no dia 30/10/2009, no Rio de Janeiro

Dessa forma, não deveria existir imparcialidade diante da corrupção, da irregularidade fiscal, ou da falta de recursos para o atendimento das necessidades básicas da população, além disso, o jornalismo tem na sua essência esse caráter denunciante, o que não é necessariamente ruim, a questão é como isso é feito. Deve-se dar importância para a defesa dos interesses da coletividade não se restringindo aos interesses de grupos que centralizam o poder econômico e político.

Assim, pode-se dizer que o jornalismo ambiental abre uma nova possibilidade de se pensar e de se fazer jornalismo, seja pelo questionamento da objetividade, pela defesa da pluralidade, mas fundamentalmente pelo questionamento do monopólio da mídia – e esse processo pode ser facilitado por um contexto que inclui até mesmo as novas tecnologias para transmissão de informação.

O desenvolvimento sustentável para o jornalismo ambiental tem a ver com a qualidade de vida dos cidadãos e extrapola a vertente meramente econômica. Tem a ver inclusive com o monopólio dos meios de comunicação, que impede o livre debate das idéias e se sustenta pelo incentivo ao consumo exacerbado, quase sempre danoso ao meio ambiente. (BUENO, 2007: 21)

Dentro deste cenário de novas possibilidades, defende-se que ao deixar de perceber a mídia como um sistema de produção de informação neutro, os jornalistas também reflitam sobre a importância de evitar a reprodução do estereótipo e conseqüentemente influenciar na manutenção e na proliferação de idéias mistificadas.

Quando perguntado, durante entrevista, sobre como o jornalista internacional deve evitar cair nessa armadilha, o jornalista Larry Rohter deu uma resposta simples, que inclusive serve de inspiração para outras editoriais, mas que vale a pena ser destacada. Segundo ele, “o jornalista precisa ouvir, só isso... E não ir para o lugar com idéias pré-estabelecidas e ter a cabeça e os ouvidos abertos, prestar atenção.”

Assim, como a política, a cobertura jornalística precisa mostrar diálogo e promover essa discussão, afinal uma matéria reproduz valores, hábitos e cultura de um povo.

O jornalismo atrasou-se diante de sua própria missão, que sempre foi e será de caráter iluminista: permanecer cético e crítico, mesmo diante de uma atividade tão entusiasmante quanto a pesquisa científica. Percebo agora com um pouco mais de clareza que falta à pesquisa brasileira é um enraizamento mais profundo e ramificado na vida cultural do país, em que a investigação científica apareça como um valor em si mesmo, a ser sustentado em primeiro lugar pelo que representa de contribuição a uma obra coletiva cosmopolita e civilizacional, além de seu aporte inevitável ao esforço de desenvolvimento nacional. (LEITE; 2009: 65)

E ao pensar em manutenção do estereótipo e cobertura ambiental, podemos citar como exemplo a questão do indígena. O que está sendo sugerido é que os jornalistas percebam que não se pode mais entender o índio através do estigma do “bom selvagem”. Ele não deve ser tratado e reproduzido a partir de uma imagem caricatural, ligada apenas ao imaginário folclórico de uma região. Trata-se de cidadãos, com direito a voto, força e organização política, através inclusive da eleição de representantes políticos oriundos da comunidade pela questão da compreensão das suas necessidades.

Uma fala que comprova a necessidade de pensar sobre isso é o depoimento de um índio durante o Fórum Social Mundial, quando perguntado sobre a preservação da identidade indígena apesar do uso de roupas e aparelhos tecnológicos:

Como é que nos vamos lutar pelos nossos direitos, sem conhecimento sobre o que está acontecendo? Para isso precisamos nos informar, ler, aprender o português, andar na cidade, saber pegar um barco, um avião, estar no horário programado, precisamos nos vestir, mas isso não faz com que não sejamos indígenas. Se mesmo vestidos como brancos muitas vezes não somos escutados, imagina se fossemos vestidos com os trajes tradicionais.<sup>22</sup>

Em resumo, o que se defende aqui, é que haja uma mudança na forma de observar e reproduzir os valores sobre atores sociais a princípio desconhecidos. E deseja-se que esse processo de renovação se amplie e influencie também na proposta do governo brasileiro para Copenhague. Durante a formulação será preciso levar em conta os interesses dos mais diversos grupos, não políticas isoladas. É necessária uma reflexão sobre os grupos sociais envolvidos neste processo e como esses podem interagir buscando um uso não-destrutivo da terra, sejam eles pecuaristas, arroteiros, populações urbanas, pequeno produtor, indígena e aquele que trabalha a partir do extrativismo da floresta. Nesse sentido, chegamos ao ponto central deste estudo: como o Brasil está inserido no debate sobre a questão ambiental na comunidade internacional?

---

<sup>22</sup> Declaração fornecida em conversa informal durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009.

## 4 Meio Ambiente, Política e Jornalismo Internacional

Pretende-se nesse momento pensar sobre como a discussão sobre o meio ambiente deixa de ser algo restrito as atividades de protesto e passa a ser um tema estratégico quando se trata de política. Paralelo a isso, se deseja pensar como esse processo está hoje inserido no jornalismo.

Sem dúvida trata-se de um debate bastante longo e que não se esgotará neste momento. O que se pretende neste momento é conseguir relacionar os elementos citados até aqui para se pensar sobre a cobertura ambiental realizada pelos veículos internacionais sobre temas ligados à política ambiental brasileira.

### 4.1 Politização do movimento ecológico

Quatro catástrofes ameaçam concretamente a humanidade neste fim de século: a guerra nuclear; o lixo atômico acumulado e acidentes em usinas nucleares; o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera.

São com essas palavras que o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Eduardo Viola, inicia uma reflexão sobre como a crise ambiental está interligada com o cenário político. Segundo ele, as discussões sobre a crise ecológica ganham espaço a partir da década de 70, paralelo ao início da crise do marxismo.

Ele acredita inclusive, que o movimento ecológico seja em parte “herdeiro da cultura socialista”, porém construído com uma perspectiva mais universalista, já que o movimento tem como uma de suas características mais marcantes o fato que defende, entre outras coisas, a participação de todos os segmentos da sociedade: não se trataria de uma discussão focalizada a questões ligadas ao direito exclusivo de uma classe social, gênero, raça ou idade, mas de um interesse comum a toda a sociedade. Inclusive isso representaria uma facilidade no “processo de incorporação” das pessoas à efetiva participação.<sup>23</sup>

Dito isso, e tentando evitar que a discussão se torne excessivamente prolixa – característica bastante comum quando se trata de política – o que realmente precisa ser ressaltado é que segundo Viola, toda essa agitação política influenciou e facilitou para que o movimento ecologista deixasse de ser algo restrito e concentrado a pequenas

---

<sup>23</sup> Viola acrescenta também como justificativa “o caráter totalitário do socialismo real e a complexidade sócio-política do capitalismo contemporâneo”.

comunidades com atuações locais e ganhasse um sentido mais global e passou a ser reconhecido como um debate estratégico seja econômica ou politicamente – basta lembrar o que foi dito ainda no primeiro capítulo sobre a evolução da discussão sobre crise ambiental.

A crise ambiental se tornou um argumento político que cada vez ganha mais espaço, e neste momento o assunto está mais uma vez em destaque, já que outro encontro mundial está prestes a começar e principalmente porque líderes políticos de diversos países estão se propondo a discutir novas metas, ações e programas de governo visando, a princípio, garantir uma nova forma de gestão e de concepção sobre os recursos naturais.

Mas nesse cenário existem diversos impasses. Para Viola, existe uma contradição que parece ser chave para a dificuldade de se conseguir encaminhar uma nova forma de gestão: vive-se sob um modelo de democracia liberal, que se baseia na exaltação do consumo. Surge nesse contexto, uma proposta de gestão denominada sustentável, em que a própria noção de consumo e produção passa a ser questionada. Esse debate atinge desde o cidadão comum e influencia até nas políticas de estado, gerando uma série de complexas discussões, ligadas à diplomacia e aos interesses de cada governo sobre que compromissos devem ser adotados – considerando que os problemas decorrentes de degradação ambiental, que Viola entende como “degradação social”, são diferentes e variam de acordo com a viabilidade econômica de cada estado.

A expectativa do movimento ecológico para o 1º Mundo é que um processo de educação ambiental generalizada (que implicará uma forte reestruturação da distribuição do poder na sociedade) tornaria possível e provável a incorporação, por parte da grande maioria da população, de valores pós-materialistas com o conseqüente autocontrole na satisfação das necessidades materiais. (...) A expectativa dos ecologistas para o 3º Mundo é um processo de desenvolvimento ecologicamente auto-sustentado e socialmente justo que elevaria consideravelmente o nível de consumo material das grandes massas populares, ao mesmo tempo em que se estagnaria e racionalizaria o consumo das classes médias (e, obviamente, reduzir-se-ia o consumo das classes altas).<sup>24</sup>

O autor Francisco Milanez também está de acordo com essa reflexão e questiona não só a eficácia de uma mudança superficial, como também a possibilidade de se obter sucesso nas discussões que acontecem, envolvendo membros da comunidade internacional, segundo os moldes atuais. O que se percebe segundo ele, é que sem uma mudança na gestão do cenário econômico, através de ações, com novas perspectivas, não é possível se

<sup>24</sup> A referência parece ser explicativa, apesar dos termos 1º e 3º Mundo já são considerados ultrapassados. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm), acesso em 28/10/2009.



conseguir nenhuma mudança real. Para ele a mudança deve vir não a partir de mudanças na forma de produzir, mas sim do questionamento sobre o que está sendo produzido.

O crescimento acelerado dos monopólios e a concentração de poder exponencial, que está ocorrendo graças ao processo de globalização do neoliberalismo, eliminam qualquer possibilidade de competir para favorecer o consumidor, como pregava o capitalismo clássico (...). Paralelamente a isso, a cooperação internacional não existe senão para gerar dependência de tecnologias ou de serviços para os países pobres e afastá-los mais uma vez da possibilidade de desenvolvimento. (MILANEZ, 2003: 82)

## 4.2 Meio ambiente e política na imprensa internacional

Eduardo Galvão faz uma reflexão na monografia “a influência do jornalismo na política externa”, sobre a relação entre política, jornalismo, opinião pública. Segundo ele, “o jornalismo está na base do processo democrático” (2004) e acaba funcionando como uma forma de divulgação de ações políticas. Ele afirma que dessa forma, ambas as forças acabam vivendo sob a constante necessidade da legitimação da opinião pública, utilizando-se muitas vezes um do outro.

Essa relação acaba aproximando políticos e jornalistas, principalmente quando se trata de dar mais ênfase ou incentivar a manutenção de determinado tema que passa a pertencer à chamada *agenda-setting*. Segundo essa teoria, a influência da mídia acontece de modo com que os meios de comunicação, apesar de não serem capazes de impor um determinado tema são capazes de, a médio e longo prazo, podem influenciar sobre o que pensar e falar. Dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazo, por incluí-los igualmente em suas preocupações e assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social. Além disso, é preciso destacar que essa influência vai além da escolha do tema, mas também sobre o modo como isso é pensado ou a perspectiva que se adota sobre determinado assunto.

Há quem defenda que foi exatamente isso o que aconteceu com o debate sobre a questão ambiental, mas diante da necessidade de debater e dar continuidade às discussões sobre o assunto, um dos fatores de preocupação é pensar que ao se ter uma mídia descompromissada com a questão, diante de um possível desinteresse da sobre esse debate, as discussões poderia diminuir.

Essa reflexão está diretamente ligada com o que já foi dito anteriormente sobre a ausência de neutralidade no desenvolvimento da narrativa: os assuntos e o espaço editorial são estrategicamente escolhidos. Mas o próprio Galvão afirma que a mídia desenvolveu a possibilidade de ir além e passou também a ter o poder de extensão e de construção da agenda.

Nesse sentido, a mídia faria mais do que dizer ao público o que pensar sobre um assunto. Conseguiria influenciar também o “como pensar sobre um assunto”. Sob este ponto de vista, a construção da agenda acontece não somente através da instrução (*priming*) – no sentido da transmissão do conteúdo –, mas também do enquadramento (*framing*).

Em resumo, existe todo um trabalho complexo de seleção do que será publicado e como isso vai acontecer. Existe uma seleção de quais informações são interessantes para o público do jornal - seja impresso, televisivo ou digital – e de concretização da matéria através de um processo de interpretação e de produção de um ponto de vista sobre um fato. Sem contar que esse trabalho muitas vezes é tão bem desenvolvido que a informação torna-se facilmente associável a verdade universal. Como acontece, por exemplo, quando se trata dos possíveis efeitos de uma mudança climática. Nem mesmo a comunidade científica possui uma opinião definida e unificada a respeito do tema, mas a sensação transmitida pela maior parte das matérias que vem sendo produzidas é que se trata de algo já definido.

Logo, é preciso tomar um extremo cuidado com a escolha das fontes e dos elementos utilizados para garantir a credibilidade da notícia. Como afirmou Galvão, o jornalista deve ter cuidado para não ser usado “como um instrumento do jogo político” (GALVAO, 2004: 33). Os políticos, por serem fontes primárias, são capazes de liberar ou não a informação, principalmente quando se trata de assuntos estratégicos. O jornalismo pode funcionar sim como uma ponte entre a população e o sistema político, mas segundo defendeu o jornalista norte-americano, Larry Rohter,<sup>25</sup> isso não significa dizer para o público em quem se deve votar.

O que deveria se procurar é basicamente a apresentação de argumentos segundo uma lógica ética e baseada no interesse público - e não nos projetos das empresas de comunicação. Nessa mesma linha, é preciso destacar que quando se trata do jornalismo internacional esse processo de produção de notícias ganha algumas características particulares, principalmente quando se fala sobre política e isso precisa ser aprofundado.

### 4.3 A produção de notícias sobre meio ambiente segundo a mídia estrangeira

Chama-se Jornalismo Internacional a especialização da profissão jornalística nos eventos estrangeiros ao país onde está sediado o veículo de imprensa em que o jornalista trabalha. Por isso, a definição é relativa por natureza: o que é assunto “doméstico” num determinado país será “internacional” em todos os demais. Este fato faz com que o Jornalismo Internacional seja provavelmente a área do Jornalismo com maior abrangência de temas entre todas, já que deve dar conta de política, economia, cultura, acidentes, natureza e todos os assuntos que aconteçam fora de seu país de origem. (ELHAJJI, 2006: 06)<sup>26</sup>

É necessário pensar sobre como se dá essa lógica de seleção de informações a serem divulgadas, quando se trata da mídia internacional. O jornalismo internacional é capaz de promover uma integração entre diferentes culturas. O que é publicado, a partir da observação e do ponto de vista de um repórter, é transmitido e passa a ser um elemento capaz de influenciar o desenvolvimento de um imaginário social sobre determinado fato ou região.

Pode funcionar como uma forma de descobrir novas perspectivas, novas forma de atuação e interação entre os povos. Em um momento crítico, como um conflito, por exemplo, o próprio fato dos jornalistas estrangeiros poderem ou não ter livre acesso, já se torna notícia por servir como um indício do que vem acontecendo quando se trata de questões como direitos humanos, liberdade individual ou estabilidade política.

Questões culturais, como o idioma, podem e muitas vezes dificultam ainda mais a possibilidade de produção de uma boa reportagem, mas é preciso ter cuidado com estratégias que a princípio serviriam para auxiliar no processo de apuração. No momento em que uma instituição de um país indica um intérprete para acompanhar um jornalista, isso pode a princípio poderia ser considerado um ponto positivo, mas também se pode questionar até que ponto isso não serve para coibir o desenvolvimento de possíveis temas e de se ter certo controle sobre o que está sendo visto e o que está sendo divulgado.

Afinal, ao compartilhar fatos relativos a outro país muita coisa está em jogo. São interesses políticos estratégicos e a história já mostrou o poder do jornalismo, com um destaque especial para a captação de imagens - basta lembrar, por exemplo, da reviravolta na opinião pública sobre a guerra do Vietnam depois que se começou a divulgar imagens do conflito.

Mas, é preciso destacar que ao produzir uma reportagem o jornalista o faz a partir da perspectiva da sua cultura pessoal. Estão agregados crenças, valores sociais e interesses

---

<sup>25</sup> Durante entrevista concedida dia primeiro de outubro de 2009, no Rio de Janeiro.

<sup>26</sup> Disponível em [http://www.latinoamericano.jor.br/artigo\\_analise\\_mundo\\_fsp.html](http://www.latinoamericano.jor.br/artigo_analise_mundo_fsp.html), acesso em 09/11/2009

políticos e isso precisa ser desenvolvido com um profundo cuidado e respeito pelo objeto ou personagem que está sendo descrito visando não simplificar ou manter o estereótipo - que já foi discutida no capítulo três – ou tender a um etnocentrismo preconceituoso.

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. (...) Assim, a colocação central sobre o etnocentrismo pode ser expressa como a procura de sabermos os mecanismos, as formas, os caminhos e razões, enfim, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós. (ROCHA, 1984:7)

Esse conceito, ligado a antropologia, ultrapassa questões ligadas à cultura e influencia também na produção jornalística e no fluxo de circulação de informação e determina fortemente o que se escreve e para quem se escreve. Segundo explica o editor do canal argentino Canal 7, Pedro Brieger, é regido ainda segundo a influência dos veículos de comunicação dos países de anglo falantes, que detém inclusive, os grandes conglomerados de comunicação e os maiores investimentos, como é de conhecimento geral.

A imprensa internacional ainda tem grande influência dos meios de comunicação anglo falantes (...) Cerca de 80% da informação dos meios de comunicação são provenientes de meios de informação anglo falantes e não se pode esquecer que esses meios de comunicação tem uma grande tradição colonial sobre suas costas, que pesa muito no trato das notícias quando se trata de América latina, Ásia ou África. (...) Como os meios de comunicação anglo falantes continuam possuindo essa hegemonia então os estereótipos acabam funcionando em todos os lugares do planeta.<sup>27</sup>

Carla Felícia Almeida traz em sua monografia “*Global Press: o Brasil na mídia internacional*”, uma perspectiva diferente sobre etnocentrismo. Para ela, o etnocentrismo, ainda não deve ser utilizado para hierarquizar culturas, é uma peça fundamental para o jornalismo internacional, no sentido que possibilita ao jornalista (ou ao menos deveria possibilitar) conhecer bem o país onde está trabalhando, sem perder o foco na sua própria cultura e na cultura do público leitor. Para esse profissional é necessário manter uma ligação com os símbolos e códigos que são de conhecimento do público. O foco da cobertura internacional não é exatamente o país estrangeiro, mas sim para onde a notícia será mandada.

---

<sup>27</sup> Entrevista com o jornalista argentino, Pedro Brieger, concedida em julho de 2009 durante o evento sobre mídia organizado pelo Centro de Informações das Nações Unidas, no Rio de Janeiro.

As agências de notícias internacionais são as únicas que precisam se preocupar justamente com o contrário. Elas precisam desenvolver uma produção de texto mais homogêneo que supra a necessidade de informação e possibilite o entendimento do que está sendo divulgado independente de onde esse texto será lido - já que uma agência pode vender suas matérias para empresas de comunicação de todo o mundo. Críticas a esse tipo de produção não faltam, mas hoje em dia vem sendo cada vez mais procurada como forma de garantir veiculação de informação, diante da dificuldade de gestão financeira dos grupos de comunicação, que inviabiliza, ou ao menos dificulta o envio de profissionais para lugares estratégicos.

Todas essas características apresentadas até o momento, apesar de não esgotarem o que se tem para dizer sobre o jornalismo internacional – e a sua importância quando se trata da sua capacidade de produção de realidades e construção de um imaginário ou apresentação de valores – podem servir como referência para a observação de matérias, que vem tratando sobre a questão ambiental no Brasil e as políticas do governo às vésperas do Encontro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Copenhague.

## 5 Brasil e a questão ambiental na mídia internacional

Crise diplomática em Honduras, escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica, acordo militar com a França, discurso de Lula na sede das Nações Unidas em Nova York... Neste ano de 2009, não faltaram assuntos relevantes internacionalmente, que envolviam o Brasil, e que deixaram o país espalhados pelos principais jornais do mundo. São assuntos ligados diretamente à política internacional, na maioria das vezes, mas, sem dúvida, salvo em momentos de uma situação crítica – como foi o caso do acolhimento do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, pela embaixada do Brasil - a preservação ambiental é o ponto mais tocado pela mídia internacional ao se referir ao Brasil.

Além disso, é preciso considerar que 2009 foi bastante singular quando se trata do debate sobre os caminhos da questão ambiental. Logo no princípio do ano, aconteceu o Fórum Social Mundial e o cenário não poderia ter sido mais propício para o debate: Belém (PA), a maior cidade da região norte do país, durante aproximadamente dez dias recebeu segundo o jornal espanhol *El País*, mais de 100 mil pessoas inscritas, além de convidados, palestrantes e autoridades e representantes locais e de outros países e mais de quatro mil jornalistas de todas as partes do mundo.

Além do Fórum, o ano também foi marcado pela eleição do presidente norte-americano, Barack Obama, que trouxe uma marca de renovação e esperança e pela intensificação do debate sobre meio ambiente conforme iria se aproximando do encontro em Copenhague.

Neste momento, o que se pretende é analisar o conteúdo das reportagens que vêm sendo divulgadas sobre o Brasil e a questão ambiental, com ênfase na política internacional, tendo como base a produção de notícias de dois jornais de grande circulação, um na língua inglesa, *New York Times* (NYT) e outro em espanhol, *El País*.

Mas é preciso dizer desde o primeiro momento, que um das prerrogativas da análise dessas reportagens internacionais é fugir da idéia que exista uma conspiração internacional para dominação estrangeira sobre os recursos naturais do país. No contexto atual, essa visão parece ser extremamente especulativa e reducionista e no fim, acaba dificultando um debate mais profundo e concreto a respeito dos interesses e dos elementos que compõem essas discussões, negociações econômicas, geram parcerias comerciais e alimentam encontros como este que está prestes a acontecer.

Inclusive o fato de muitos brasileiros acreditarem na apropriação e na internacionalização da Amazônia como uma forma de teoria conspiratória, é tema

abordado pela mídia internacional. A reportagem “Na Amazônia: Conservação ou Colonialismo?”, publicada no *New York Times*, em 27 de julho de 2007, já no *lead*, se afirma, com certo tom de ironia, que

Dependendo do ponto de vista, o financiamento da organização não governamental Fundo Mundial pela Vida Selvagem (WWF, em inglês) garante suporte à reserva natural no Rio Negro como parte de um admirável projeto de conservação da floresta – ou parte de um importante plano de grupos ambientais internacionais para controlar a maior floresta tropical e inserir leis internacionais.<sup>28</sup>

Ainda no que tange à Amazônia é preciso destacar que este bioma, entre todos os outros do Brasil, é o único que recebe destaque na mídia internacional. Ao acompanhar o noticiário relativo ao tema foi possível perceber a pouca referência em relação a outras regiões de florestas ou a preservação de outros tipos de vegetação natural. O grande foco, sob o ponto de vista da mídia internacional, acaba sendo, sem dúvida, a Amazônia, e isso não parece ser exclusividade de um ou outro veículo, de um ou outro país, parece ser uma tendência geral. Ainda, que seja possível encontrar exemplos relacionados com outros ambientes, principalmente nestes momentos, em que a discussão ambiental ganha bastante espaço na mídia devido à proximidade da reunião de Copenhague. Paralelamente, o Brasil parece estar sendo reconhecido como um ator relevante nesse diálogo. Um desses exemplos é a publicação no *El País* sobre um significativo projeto de preservação florestal em área urbana.

O estado brasileiro do Rio de Janeiro contará a partir de fevereiro do próximo ano com uma franja verde de quatro mil quilômetros quadrados depois da união de 10 unidades de conservação ambiental da mata atlântica, a paisagem silvestre que rodeia toda a cidade do Rio.<sup>29</sup>

Quando se trata, por exemplo, sobre o debate da questão ambiental, já se sabe que o Brasil está entre os maiores emissores de gases efeito estufa devido ao nível de desmatamento, não pela questão da produção energética – o que não torna o fato justificável, apenas dá outra complexidade quando se trata de buscar uma resolução sem causar danos a economia, o que desencadearia todo um processo de insatisfação popular que nenhum governo está disposto a assumir. Isso vem sendo colocado pela mídia internacional e conseqüentemente se torna uma forma de pressão social, a partir do momento que se reconhece a importância dos veículos de imprensa na formação da opinião pública e até mesmo no tipo de imagem que está sendo construída internacionalmente sobre o país.

<sup>28</sup> Disponível em <http://www.nytimes.com/2007/07/27/world/americas/27amazon.html>, acesso em 15/09/2009

<sup>29</sup> Disponível em:

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/Gobierno/Brasil/protege/4000/kilometros/Mata/Atlantica/elpepuint/20091117elpepuint\\_11/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Gobierno/Brasil/protege/4000/kilometros/Mata/Atlantica/elpepuint/20091117elpepuint_11/Tes)

O Brasil está entre o dez países que mais emitem gases de efeito estufa – grande parte devido à queima de áreas de floresta e outros usos. Então, a promessa do país em reduzir as emissões em cerca de 36% até 2020 coloca a atenção voltada para o setor de produção de carne – o maior contribuinte do desmatamento na região. O Brasil vem trabalhando para desencorajar a venda de commodities como carne, soja e açúcar vindas de fazendas construídas em áreas de desmatamento.<sup>30</sup>

Falou-se sobre o NYT, mas também é possível perceber esse destaque ao se deparar com uma matéria de onze páginas produzida pelo jornal espanhol *El País* e publicada na revista semanal do grupo. A reportagem “Amazônia ‘far West’”, marcada pela quantidade e pelo destaque editorial das fotos da população nativa e de áreas desmatadas, tenta mostrar a relação entre pecuaristas e comunidades indígenas, tendo como foco as lutas pelo direito ao uso da terra e o desmatamento que vem acontecendo na região em consequência do aumento das áreas destinadas a criação de gado.

Ao ler as reportagens, o que se percebe em primeiro lugar é uma constante sensação de distância, e não apenas uma distância relativa a quilometragem, mas principalmente um imenso abismo cultural. A todo tempo existe a sensação de um total desconhecimento e que o jornalismo está funcionando como forma de investigação: grande parte das matérias possui esse caráter de descrição de cenários, de apresentação de uma realidade diferenciada.

Percebe-se que a questão do conflito da terra aparece com destaque, principalmente no NYT. No livro *Green Ink*, já citado anteriormente, o autor afirma que essa busca pelo entendimento da disputa da terra é tão significativa que fez com que o assassinato do líder Chico Mendes se tornasse capa do New York Times. O fato foi tão marcante, que além de noticiar o ocorrido, o jornal passou a acompanhar o desenrolar da história. Uma reportagem do dia 19 de agosto de 1990 tem o seguinte título: “Por que eles mataram Chico Mendes?”. O interessante é que essa mesma reportagem associa a morte de Mendes ao contexto político do ano de 1988, quando aconteceu o crime. Os fatos publicados podem ser vistos como uma forma de retrato de um contexto maior.

Fugindo em direção a escuridão, o assassino sem dúvida acreditava que o mandante do crime teria o mesmo destino do assassino de outros milhares de brasileiros mortos em consequência de disputas de terras nos anos 80 – sem punição e rapidamente esquecido. Mas para desapontamento de fazendeiros determinados a transformar o oeste da Amazônia em um grande pasto, este único tiro ecoou em todas as regiões do mundo.

---

<sup>30</sup> <http://greeninc.blogs.nytimes.com/2009/11/16/reducing-deforestation-and-co2-in-brazil/?scp=1&sq=Lula&st=cse>



Durante o verão de 1988, marcado pelas altíssimas temperaturas, americanos e europeus começaram a ouvir cientistas que alertavam que a queima e o desaparecimento da floresta tropical da Amazônia estava contribuindo para o aquecimento gradual conhecido como efeito estufa. Outros cientistas diziam que esse laboratório natural se tornaria fumaça antes que se conseguisse estudar um por cento das plantas.<sup>31</sup>

Essa discussão sobre a relação dos diversos grupos sociais com o uso da terra foi um dos temas mais debatidos durante o Fórum Social Mundial do ano de 2009. O próprio fato de o encontro ter sido realizado em Belém já remetia ao debate de questões como os conflitos e o uso da terra, a preservação ambiental e os problemas indígenas.

Apesar do Fórum de Belém ter centralizado seus trabalhos na crise financeira mundial, os índios não se esqueceram que esta edição do FSM vem sendo organizada precisamente em Belém, cidade considerada a porta de entrada da Amazônia, para que se discuta os grandes problemas dos indígenas de todo o mundo.<sup>32</sup>

Durante o Fórum a imprensa parecia estar perplexa. O calor, a umidade e o desconhecimento sobre a região traziam um incomodo inclusive aos jornalistas brasileiros, que também se surpreendiam com a incrível quantidade de chuva, fenômeno típico do começo do ano. Além disso, todos pareciam ser afetados pelo abismo cultural existente. Ao observar a sala de imprensa era extremamente comum se deparar com jornalistas com olhares curiosos buscando ajuda com outros profissionais que pudessem ser capazes de esclarecer dúvidas e garantissem rápidas explicações sobre particularidades da região.

Tudo isso acontecia ainda sob o efeito da crise financeira internacional. Durante todo o encontro havia painéis sobre o futuro do capitalismo como se concebe atualmente. A discussão foi tamanha, que o próprio *El País* publicou um artigo sobre o assunto durante o Fórum.

Muitas esquerdas com a mesma pergunta: o que fazer com o capitalismo? E uma novidade: pela primeira vez nenhuma dessas esquerdas chegou a queimar bandeiras dos Estados Unidos, como havia acontecido em edições anteriores a este encontro – que foi concebido como alternativa ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça). O que acontece agora em Belém, que em anos anteriores parecia agonizar vítima de uma euforia neoliberal de um mundo cada vez mais rico, foi ressuscitado com força graças a crise financeira mundial, que mudou a distribuição do baralho.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Disponível em <http://www.nytimes.com/1998/12/26/opinion/chico-mendes-s-legacy.html?scp=3&sq=why%20they%20killed%20Chico%20mendes&st=cse>, acesso em 20/09/2009. Tradução feita pela autora da monografia.

<sup>32</sup> Disponível em [http://www.elpais.com/articulo/internacional/indigenismo/centra/apertura/Foro/Social/elpepuint/20090128pepuint\\_3/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/indigenismo/centra/apertura/Foro/Social/elpepuint/20090128pepuint_3/Tes), acesso em 10/06/2009. Tradução feita pela autora.

<sup>33</sup> Disponível em [http://www.elpais.com/articulo/internacional/hacemos/capitalismo/elpepuint/20090129elpepuint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/hacemos/capitalismo/elpepuint/20090129elpepuint_1/Tes). Tradução feita pela própria autora da monografia.

Foi nesse contexto que o Brasil ocupava os espaços dos jornais estrangeiros e essa tendência se manteve, chegando a ser citado pelo *El País* como “grande potência latina”.<sup>34</sup> Isso se manteve ao longo do ano: à medida que se aproximava a reunião de Copenhague, a questão ambiental brasileira foi sendo debatida, analisada e as políticas do Governo foram sendo colocadas à prova.

Isso é relevante para o Brasil porque, como já foi dito anteriormente, existe um interesse primário que a opinião pública esteja satisfeita independentemente do tipo de governo em que se esteja - democrático ou não. Isso faz com que a mídia seja um dos componentes decisivos na medida em que pode influenciar a perspectiva que se tem sobre as ações que vem sendo tomadas. A mídia é sim um elemento relevante para o governo, nesse sentido. Inclusive isso se comprova pelo fato de o próprio Ministério das Relações Exteriores acompanhar e selecionar o que vem sendo dito sobre o Brasil nos mais diversos jornais estrangeiros.<sup>35</sup> Além da opinião pública, não é difícil de pensar que uma imagem positiva no cenário internacional pode facilitar acordos comerciais e diplomáticos.

Quando se trata da discussão sobre o clima, a preservação da Amazônia é o carro-chefe do Brasil e isso não é uma tendência atual. O Diretor do centro de Informação da ONU e jornalista, Giancarlo Summa, relatou em uma entrevista que em 1989 quando foi enviado como correspondente internacional para a cobertura das eleições presidenciais brasileiras, um dos temas de interesse da pesquisa era entender quais as políticas que estavam sendo propostas para a preservação da Amazônia na primeira eleição direta depois de mais de vinte anos de ditadura militar. O resultado, quanto a isso foi frustrante: ninguém discutia sobre o tema. Não existiam propostas. A diferença desses vinte anos, segundo Summa é justamente que a preservação ambiental passou a fazer parte integrante das discussões políticas e a imprensa internacional parece estar interessada em colocar isso em evidência.

Devido a isso, nessas últimas semanas havia na mídia um tom de cobrança sobre um posicionamento oficial do Governo brasileiro sobre o que seria apresentado em Copenhague, seja a curto ou longo prazo. Finalmente assumiu-se o compromisso de reduzir as emissões de gases capazes de acelerar o efeito estufa entre 36% e 39% até o ano de 2020.

Essa notícia pareceu ter sido bem recebida pela mídia internacional e a repercussão poderia ter sido muito maior se não fosse pela resolução bilateral entre os presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama e o da China, Hu Jintao, que afirmaram não ser possível

---

<sup>34</sup> Disponível em [<sup>35</sup> O conteúdo está disponível no site \[www.mre.gov.br\]\(http://www.mre.gov.br\)](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Brasil/gran/potencia/latina/elpepuint/20091104elpepuint_14/Tes, acesso em 17/11/2009. Tradução feita pela própria autora da monografia.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

chegar a um compromisso oficial ainda este ano, como estava sendo defendido, como se pode perceber na matéria do NYT

Os Estados Unidos e a China, maiores poluidores do mundo, fizeram ontem o fracasso da conferência do clima que vai iniciar no dia 7 de dezembro em Copenhague. Os dirigentes de ambos os países, apoiados por algumas das principais nações emergentes do mundo, comunicaram ontem que não será possível conseguir nesta ocasião um acordo vinculante que permita a redução de emissões de dióxido de carbono<sup>36</sup>

Apesar de não ter como objetivo discutir a diferença entre a cobertura de um e outro jornal é interessante perceber rapidamente que o NYT ao falar sobre esse novo cenário, já demonstra um tom menos chocante:

O presidente dos EUA, Barack Obama , e outros líderes mundiais Barack Obama garantiram apoio à reunião, no domingo, depois de uma proposta em duas etapas para os diálogos de dezembro, o que deixará qualquer acordo legal para depois.<sup>37</sup>

Diante dessa sensação de desistência prévia – afinal sem o comprometimento dos dois países, o acordo fica esvaziado – o Brasil aparece novamente no cenário internacional, porém com uma postura mais ativa politicamente, diferente do que se vê normalmente. O acordo entre Brasil e França, realizado em uma tentativa de manter a efetividade do encontro em Copenhague, foi publicado no *El País*. A postura muda bastante a forma como o Brasil é apresentado, já que o espaço destinado a declarações e a percepções do governo brasileiro costumam ser bastante restrito e complementar – ainda que não se possa negar a relevância de se ter como parceiro um país como a França:

Enquanto EUA e China se distanciam de um acordo, a corrida diplomática da reunião está salva e chegou a criar uniões interessantes entre países situados, em teoria, em blocos opostos. Nicolas Sarkozy, presidente da República francesa e Luis Inácio Lula da Silva, seu homólogo brasileiro, estão buscando uma aliança conjunta para a formulação de um documento comum que obriga a redução de 50% até 2050. “No se pode permitir que Obama e Hu Jintao celebrem um acordo baseado exclusivamente nas realidades econômicas de seus respectivos países”, afirmou Sarkozy. “Não estamos buscando um acordo que não comprometa a ninguém”, acrescentou da Silva.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> Disponível em

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/EE/UU/China/desactivan/Copenhague/elpepiint/20091116elpepiint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/EE/UU/China/desactivan/Copenhague/elpepiint/20091116elpepiint_1/Tes), acesso em 17/11/2009, Tradução feita pela autora da monografia.

<sup>37</sup> <http://www.nytimes.com/reuters/2009/11/14/world/international-uk-climate.html?scp=4&sq=climate%20changes%20lula&st=cse>, acesso em 15/11/2009. Tradução feita pela própria autora da monografia.

<sup>38</sup> Disponível em

[http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Europa/busca/pacto/climatico/minimos/arrastre/EE/UU/elpepisoc/20091117elpepisoc\\_4/Tes](http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Europa/busca/pacto/climatico/minimos/arrastre/EE/UU/elpepisoc/20091117elpepisoc_4/Tes). Acesso em 18/11/2009. Tradução feita pela própria autora da monografia.

Entende-se que essa atitude do governo brasileiro e francês como uma tentativa de reafirmar a relevância desse encontro, diante de uma situação inesperada, que acaba por surpreender a todos, inclusive àqueles que não acreditavam que seria possível chegar a um consenso durante a conferência. Temia-se que não fosse possível chegar a um acordo em Copenhague, mas não se esperava que dois governos fundamentais neste debate desistissem previamente.

Apesar dessa atitude, em um plano geral não ter sido entendida como um total fracasso. A desistência não se deu por descrédito, como aconteceu durante o governo de George W. Bush em relação ao Protocolo de Kyoto. Entendeu-se que isso foi um reflexo de uma falta de entendimento e definição interna dentro do próprio Estados Unidos e também da China. As grandes emissões do país asiático é consequência da sua matriz energética, o carvão, extremamente poluente, mas que sem um plano concreto para uma mudança da base energética, comprometeria as bases da economia local.

Neste caso, a expectativa que o encontro possa trazer um compromisso real se desestruturou, mas segue a idéia que o grande ponto-chave dessa discussão é vontade política. Quanto a isso, caminha-se para momentos de extremamente relevantes, seja internacionalmente, seja no Brasil.

No caso brasileiro, em 2010 será ano de eleições presidenciais e isso já é tema de reportagem na mídia internacional. No momento em que Marina Silva considerava deixar o Partido dos Trabalhadores (PT) e passar a fazer parte do Partido Verde (PV) – o que faria com que houvesse uma nova candidata à eleição presidencial brasileira – o NYT na matéria chamada “Criança da Amazônia movimenta política nacional”, traça um perfil bem detalhado da história política da senadora, e inclusive já se referem a ela como candidata.

## 6 Conclusão

Este estudo chega ao final tendo seu objetivo alcançado, porém corroborando a certeza inicial de que não seria possível esgotar a discussão. Na verdade, imaginar que o debate sobre a questão ambiental possa se esgotar é pretensão desmedida, sob qualquer perspectiva. Trata-se de um tema em construção a cada dia, que caminha em paralelo à evolução e às decisões tomadas pela sociedade, seja em nível coletivo, seja através de governos, empresários e comunidade científica, já seja pela perspectiva individual.

Afinal, inclusive pela discussão estar extremamente associada à ciência, não se trata de algo fixo e definitivo. A discussão vem sendo construída dia-a-dia desde a década de 1970 e nos últimos anos ganhou credibilidade e se tornou tema estratégico até para a prática política, antes afeita aos partidos ligados à causa do meio ambiente. Nos últimos vinte anos isso ganha um destaque especial, quando se acentua a necessidade de discutir e desenvolver novos paradigmas. Sem dúvida, houve uma evolução significativa, mas se tomarmos como base as pesquisas científicas atuais parece ser necessário incrementar e acelerar o debate, bem como as decisões para salvaguardar a sobrevivência sobre a face da terra.

Existem aqueles que defendem que nem mesmo a ciência conseguiu chegar a um consenso e a uma posição unificada sobre o tema. Realmente, pode ser que um dia a ciência consiga comprovar que tudo o que vem sendo dito sobre crise ambiental não corresponde à realidade. Mas esse debate é uma das bases da pesquisa científica. Não é possível esperar por esse conceito único e definitivo.

É preciso, sim, adotar uma posição clara, tendo a consciência que essa postura representa um conjunto de valores contemporâneos e principalmente ocidentais. Já que pouco se diz sobre isso, mas toda essa discussão nasceu e continua se baseando em uma concepção universal e ocidental sobre consumo e sobre uso dos recursos naturais. Pode-se dizer inclusive que esta poderia ser uma discussão interessante, mas que não foi possível abordar pela própria temática do trabalho.

Na verdade, esse processo apenas instigou o interesse pelo tema e a necessidade de dar continuidade à pesquisa e de acompanhar o debate, procurando aprofundar ainda mais o conhecimento sobre o tema e sobre as diversas forças que compõem essa equação, que une em um mesmo sistema Meio Ambiente, Jornalismo e Política Internacional.

Diante de tudo o que veio acontecendo ao longo de todo o ano de 2009, ainda existe uma pergunta em aberto a respeito do processo de negociação para um acordo global: qual será então a função da Conferência de Copenhague?

A resposta para isso, nem mesmo o Diretor do Centro de Informações da ONU no Brasil conseguiu responder com exatidão. Ainda há uma expectativa sobre a reunião, mas se reconhece que a não participação na China e dos Estados Unidos comprometeria o andamento das discussões e que qualquer acordo neste momento que não fale sobre metas se tornará esvaziado de sentido. Tem início uma série de especulações: fala-se então sobre a extensão do protocolo de Kyoto, sobre a possibilidade de novas reuniões em 2010, sobre desenvolver novas estratégias e alguns ainda acreditam em uma possibilidade de mudança até Copenhague.

O fato é que mais uma vez percebe-se a necessidade de se desenvolver políticas de governo de forma coerente e que compromissos como esses não sejam vistos sob uma perspectiva de um único governo, mas como um compromisso histórico das nações. Neste sentido, entende-se a postura adotada pelos EUA e a China, apesar de saber que isso pode prejudicar imensamente o debate. Entende-se que é necessário que os encontros diplomáticos sigam acontecendo e que continue havendo debate, mas é preciso repetir algo que não é novidade, porém muitas vezes parece que ser esquecido: sem vontade política, sem a determinação que é preciso encontrar alternativas que incluem a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e também a educação ambiental, não será possível uma conscientização real que provoque mudanças de hábitos e de condutas.

Dito isso, acredita-se que a proposta inicial foi alcançada. Ao questionar qual era a imagem que o Brasil vinha construindo internacionalmente a partir da produção jornalística – no âmbito da problemática ambiental – imaginava-se que o país possuía uma imagem bastante negativa quando se tratava de propostas e ações capazes de auxiliar na construção de um desenvolvimento sustentável.

No entanto, pode-se afirmar que o país vem conseguindo construir uma imagem bastante favorável, diferentemente do que vinha era esperado no começo desse estudo. Claramente se percebe que existem críticas, quando, por exemplo, o governo não se posicionava quanto a Copenhague, ou quando são citadas as dificuldades causadas pela falta de recursos e de investimentos nos aparelhos do governo para fiscalização de reservas, como aparece em matérias no *The New York Times*. Existe, sem dúvida, um tom de cobranças por ações mitigadoras e de combate ao desmatamento, fator que se repete em grande parte das matérias, mas isso não impede o reconhecimento de melhorias nas políticas do governo.

Tudo leva a crer que o Brasil vem aproveitando positivamente a oportunidade de diálogo sobre o tema diante da aproximação de Copenhague para manter uma imagem

positiva na comunidade internacional, mas desta vez se mostra um pouco mais ativo, mais audacioso e se define mais claramente, o que acaba diferenciando a política internacional atual da que vinha sendo exercida até o momento, bastante caracterizada pela demora ou pela tentativa de neutralidade diante das mais diversas situações. Tudo isso vem trazendo mudanças positivas e o país parece vir conquistando credibilidade no debate e nas negociações sobre a mudança climática, caminhando para deixar de ser referência apenas como um ator coadjuvante no processo.

Parece existir, também, um tom de confiança dos veículos analisados em relação ao papel estratégico do Brasil nessa discussão, principalmente depois da declaração do presidente dos Estados Unidos Barack Obama e o do primeiro ministro da China Hu Jintao sobre a impossibilidade de se chegar a um acordo ainda no ano de 2009. A postura do Brasil, de união política com a França, ganhou destaque e parece ter gerado uma expectativa positiva, apesar de se reconhecer que sem a participação dos EUA e da China nas negociações, qualquer acordo global sobre metas de redução perde o sentido.

Entende-se que essa concepção prévia tenha muita influência sobre a própria cobertura da mídia nacional. Primeiramente porque o correspondente internacional tem internalizado o desconhecimento sobre a região, então se tem a impressão que o trabalho de entendimento para a formulação do texto seja mais aprofundado. Para que o público possa ser capaz de compreender o que está acontecendo, é necessário que se apresente elementos e explicações que o jornalista natural daquele país acaba tomando como algo conhecido por todo o público e muitas vezes essa postura acaba empobrecendo a produção da notícia, o seu entendimento e conseqüentemente a discussão do assunto.

Além disso, ao acompanhar o noticiário sobre a questão ambiental através dos veículos de comunicação brasileiros, percebe-se que existe um tom maniqueísta. Parece haver uma constante busca de se caracterizar o bem e o mal, o herói e o bandido, em detrimento do verdadeiro debate. Inclusive porque, como foi afirmado desde o princípio deste trabalho, toda essa discussão sobre mudanças no uso de recursos e a redução de emissões está intrinsecamente ligado a interesses políticos.

É preciso deixar claro, que não se tenta defender a inexistência de um discurso maniqueísta na produção mediática internacional, mas o que se percebe é que devido ao afastamento existente entre o jornalista e o objeto que está sendo colocado em debate é possível fazer uma análise menos comprometida com os interesses do jogo político e empresarial local.

## 7 Referências Bibliográficas

### 7.1 LIVROS E ARTIGOS

ALMEIDA, Carla Felicia S. F. de – Global Press: o Brasil na imprensa internacional / Carla Felícia S. F. De Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, 2001

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa – São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. (Coleção Mojoara de Comunicação)

COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum.

CONFERENCIA DAS NAÇOES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21

CRESPO, Samyra. Meio ambiente do século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento – coord André trigueiro – 5. Ed. – campinas, SP: armazem do IPE (autores associados), 2008.

FANZERES, Andréia de Matos Peixoto. Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil./Andréia de Matos Peixoto Fanzeres – Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004

FROME, Michael - Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental - tradução Paulo Roberto Maciel Santos - Curitiba: editora UFPR (2008)

GALVAO, Eduardo da Rocha – A influência da imprensa na política externa / Eduardo da Rocha Galvão. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, 2004

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Johanesburgo: O Brasil e as três conferências das Nações Unidas – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2006

LEFF, Enrique – Racionalidade Ambiental – a reapropriação social da natureza; tradução Luís Carlos Cabral – rio de janeiro: civilização brasileira, 2006

MILANEZ; Francisco. Desenvolvimento sustentável. in Cattani, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre. Veraz Editores, 2003

PELLEGRINI FILHO, Américo – Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo. São Paulo: Manole, 2000.

TRIGUEIRO, André - Meio ambiente do século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento – coord André trigueiro – 5. Ed. – campinas, SP: armazem do IPE (autores associados), 2008.

MILANEZ, Francisco. “Desenvolvimento Sustentável” in: Cattani, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre. Veraz editores, 2003.



PELLEGRINI FILHO, Américo. Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo. São Paulo: Manole, 2000

ROCHA, Everardo “O que é Etnocentrismo”, Ed. Brasiliense, 1984

ROHTER, Larry. Deu no New York Times: o Brasil segundo a ótica de um repórter do jornal mais influente do mundo / Larry Rother ; (tradução Otacílio Nunes... et al). – Rio de Janeiro, Objetiva, 2008

## 7.2 WEBSITES

<http://www.abraji.org.br> visto em 22/09

<http://www.ipys.org/periodismoinvestigacion/BAIRES-TUFFANI.pdf> visto em 22/09

[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/jornalPDF/199-pag05.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/199-pag05.pdf), visto em 22/09

<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0923/economia/m0164631.html>, visto em 27/08

[http://www.pnud.org.br/meio\\_ambiente/entrevistas/index.php?id01=84&lay=mam](http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/entrevistas/index.php?id01=84&lay=mam)

<http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=30428> visto em 27/09

<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/1143>

<http://www.brasilpnuma.org.br/2009/07/copenhagen-seal-deal.html>

<http://en.cop15.dk/news/view+news?newsid=2257>

<http://en.cop15.dk/news/view+news?newsid=2351>

<http://www.portaldomeioambiente.org.br/mudancasclimaticas/2332-a-onu-espera-o-brasil.html>

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm)

<http://www.nytimes.com/2007/07/27/world/americas/27amazon.html>

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/Gobierno/Brasil/protege/4000/kilometros/Mata/Atlantica/elpepuint/20091117elpepuint\\_11/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Gobierno/Brasil/protege/4000/kilometros/Mata/Atlantica/elpepuint/20091117elpepuint_11/Tes)

<http://greeninc.blogs.nytimes.com/2009/11/16/reducing-deforestation-and-co2-in-brazil/?scp=1&sq=Lula&st=cse>

[http://www.latinoamericano.jor.br/artigo\\_analise\\_mundo\\_fsp.html](http://www.latinoamericano.jor.br/artigo_analise_mundo_fsp.html)

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/indigenismo/centra/apertura/Foro/Social/elpepuint/20090128pepuint\\_3/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/indigenismo/centra/apertura/Foro/Social/elpepuint/20090128pepuint_3/Tes)

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/hacemos/capitalismo/elpepuint/20090129elpepuint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/hacemos/capitalismo/elpepuint/20090129elpepuint_1/Tes)

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/Brasil/gran/potencia/latina/elpepuint/20091104elpepuint\\_14/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/Brasil/gran/potencia/latina/elpepuint/20091104elpepuint_14/Tes)

[http://www.elpais.com/articulo/internacional/EE/UU/China/desactivan/Copenhague/elpepuint/20091116elpepiint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/EE/UU/China/desactivan/Copenhague/elpepuint/20091116elpepiint_1/Tes)